

Balanço Geral do Governo do Distrito Federal

O Balanço Geral do Governo do Distrito Federal é um relatório contábil e financeiro que apresenta a situação patrimonial, orçamentária e financeira do Governo. Esse documento fornece uma visão abrangente das receitas, despesas, ativos, passivos e resultados financeiros, permitindo a avaliação da gestão pública e constituindo o documento essencial à Prestação de Contas Anual do Governador.

Ele abrange os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2024, das entidades da Administração Direta e Indireta que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e das empresas independentes que estão nos Orçamentos de Investimento e Dispêndio.

BALANÇO GERAL

2024

Prestação de Contas Anual do Governo



Estrutura Legal da Prestação de Contas

Lei Orgânica do DF

Artigo 100, inciso XVII, determina que compete privativamente ao Governador prestar contas anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

Lei 4.320/64

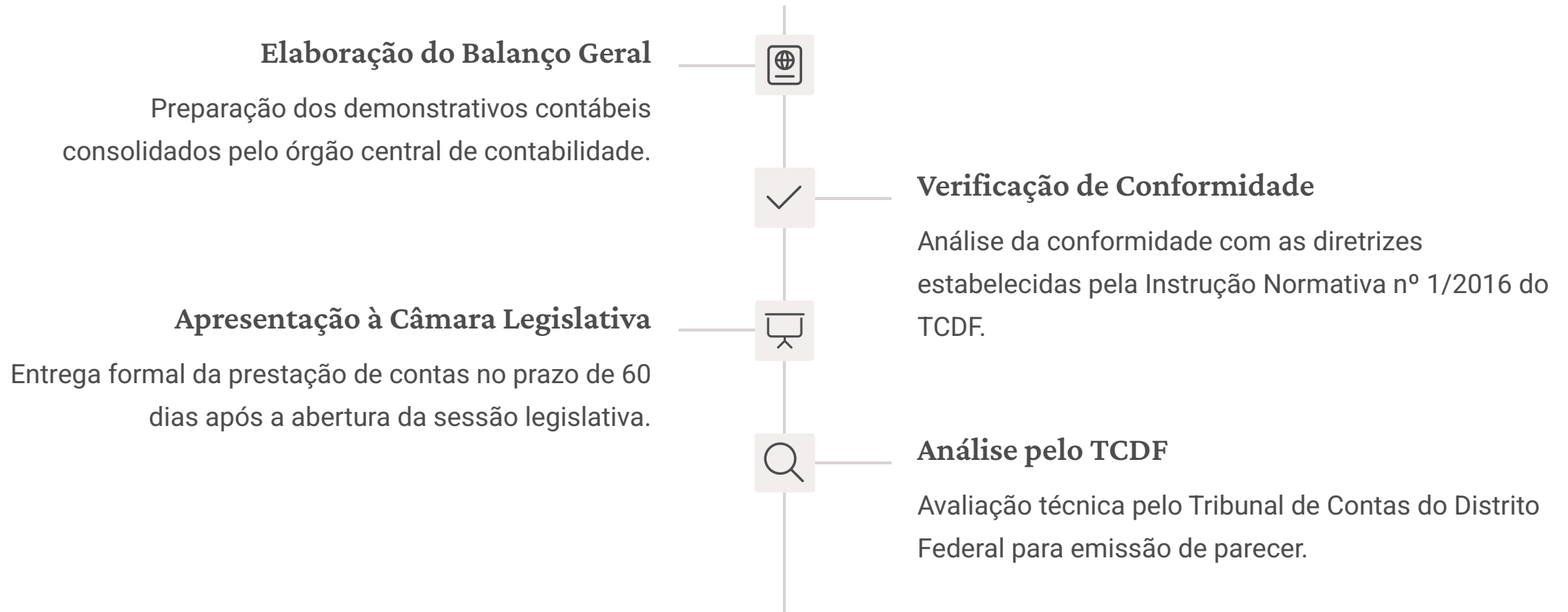
Estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

A Contadoria Geral do DF (ContDF/SEFIN/SEEC), órgão central do Sistema de Contabilidade do GDF, é responsável pela concepção do Balanço Geral e pela organização da Prestação de Contas Anual do Governador. As informações apresentadas, além de atenderem à obrigação legal, servem como referência para gestores públicos na tomada de decisões.

Organização da Prestação de Contas



A Contadoria Geral do DF busca continuamente aprimorar a apresentação das contas do Governo do Distrito Federal, tornando o Balanço Geral mais acessível e compreensível para a população. Para isso, o relatório adota uma linguagem clara e objetiva, ampliando assim a transparência e o diálogo entre o governo e a sociedade.

Gestão Orçamentária



Planejamento

Estabelecimento de parâmetros e diretrizes



Alocação

Distribuição eficiente dos recursos



Execução

Implementação das políticas públicas

A gestão orçamentária é fundamentada na formulação de um planejamento estruturado, no qual são estabelecidos parâmetros e diretrizes para orientar os gestores na alocação eficiente dos recursos públicos, garantindo o atendimento das necessidades da população.

Para viabilizar a execução das políticas públicas e a oferta de bens e serviços aos cidadãos do Distrito Federal, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024 foi instituída pela Lei Distrital nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023, estabelecendo a estimativa de receitas e a fixação das despesas para o período.

Lei Orçamentária Anual - LOA 2024

R\$ 37,87 Bi

Receita Líquida Total Estimada

Valor total líquido previsto para
arrecadação em 2024

R\$ 35,77 Bi

Orçamento Fiscal e Seguridade

Abrangendo Poderes, fundos, órgãos e
entidades da administração

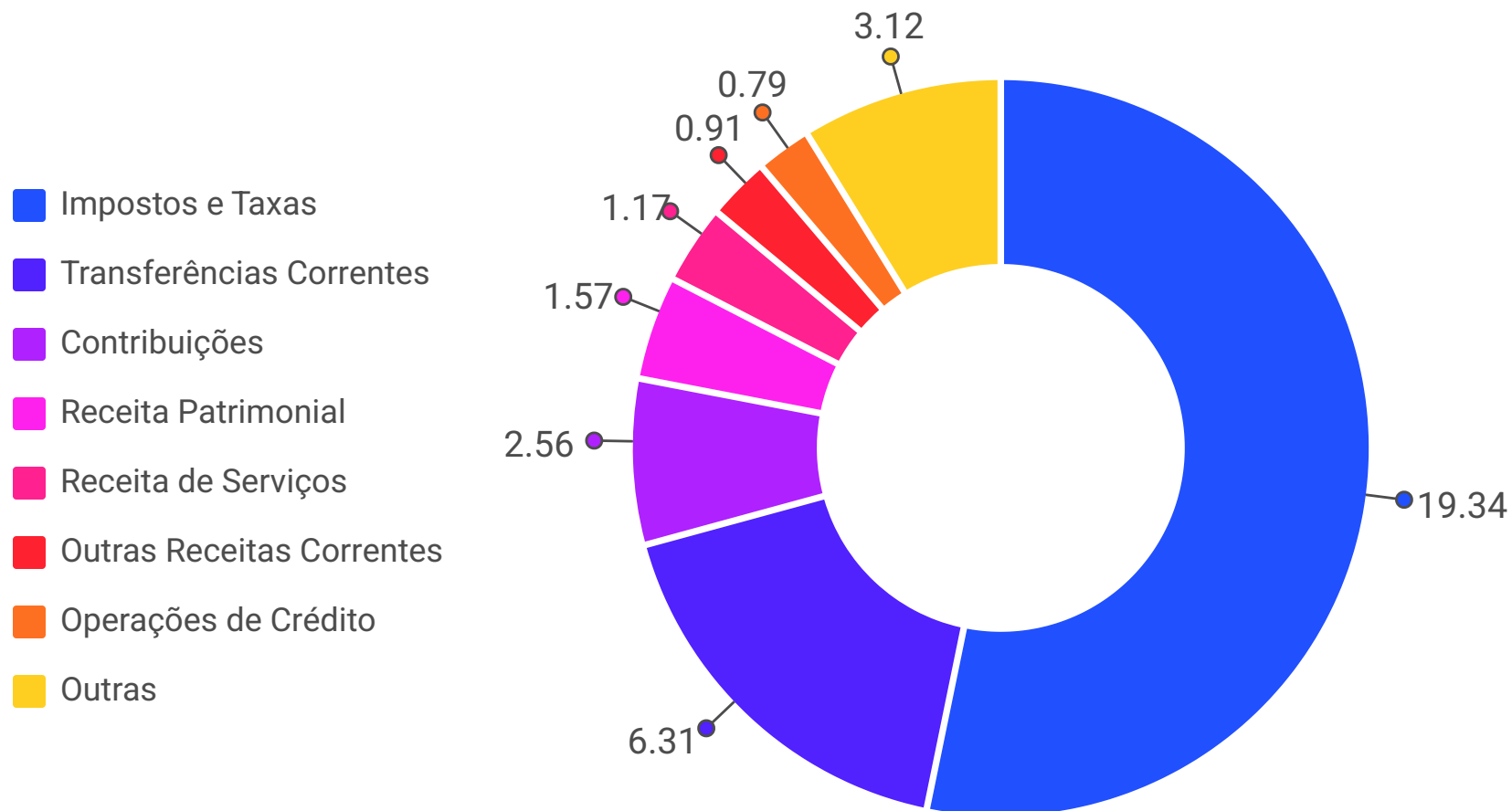
R\$ 2,09 Bi

Orçamento de Investimento

Destinado às empresas estatais não
dependentes

A despesa total para o exercício de 2024 foi fixada no mesmo montante da receita estimada, assegurando o equilíbrio orçamentário entre arrecadação e gastos públicos.

Receita Orçamentária - Previsão Inicial

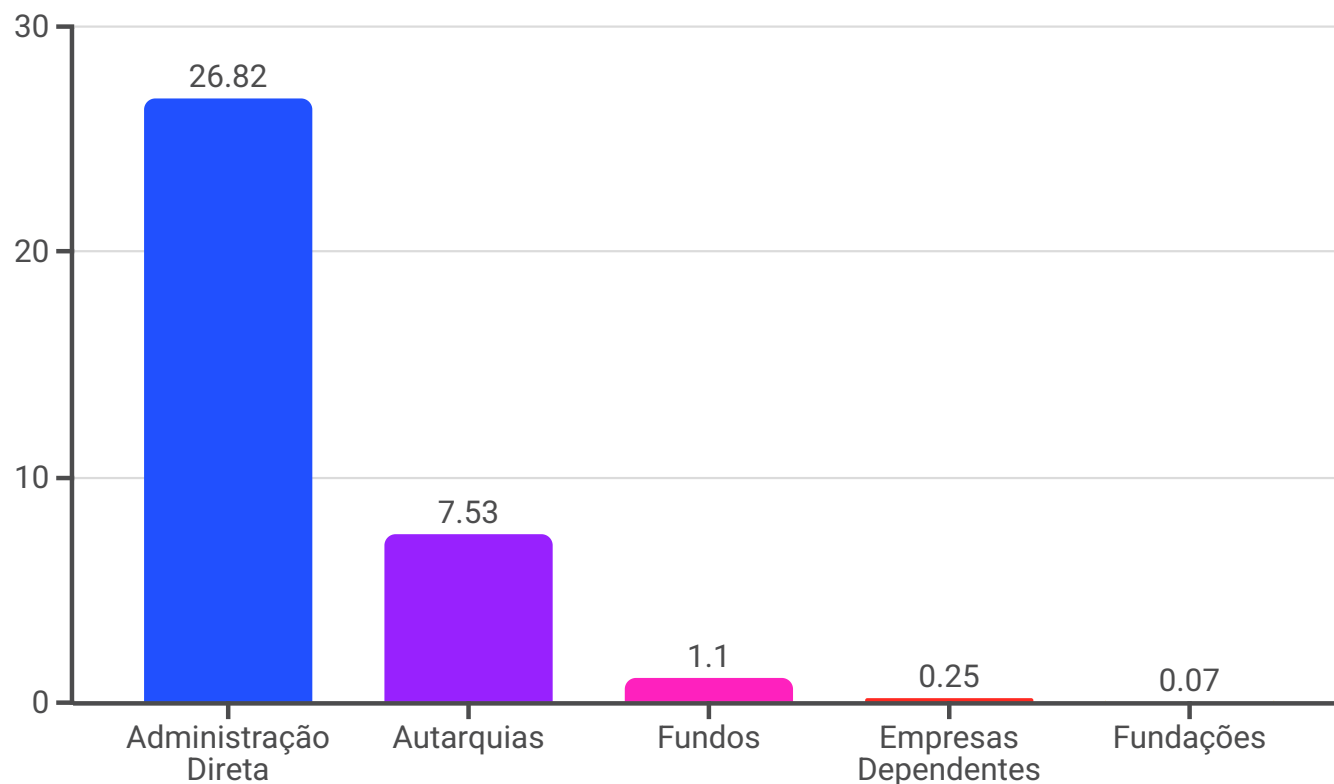


As receitas orçamentárias são os ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar os investimentos públicos. Elas provêm de diversas origens, como recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos do Governo Federal e de outros entes, exploração do patrimônio público ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 estimou a receita bruta do Distrito Federal em R\$ 38,48 bilhões. Deste montante, R\$ 2,70 bilhões foram previstos como deduções obrigatórias, correspondentes aos repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), resultando em uma receita líquida estimada de R\$ 35,77 bilhões.

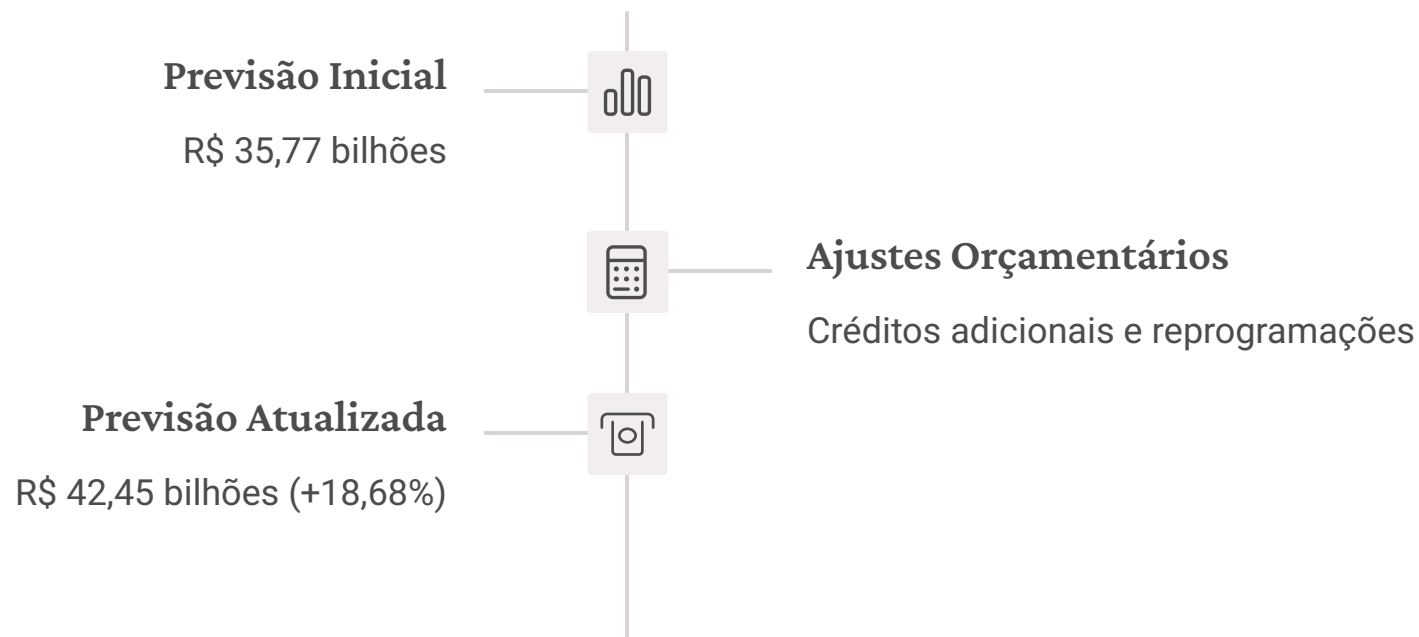
Receita Estimada por Tipo de Administração

A distribuição da receita líquida estimada para o exercício de 2024 mostra a concentração de recursos na Administração Direta, que representa a maior parte da arrecadação prevista. Esta concentração reflete a estrutura centralizada de arrecadação tributária no Distrito Federal.



A Administração Direta concentrou a maior parte da arrecadação prevista, totalizando R\$ 26,82 bilhões, impulsionada principalmente pela arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que representaram R\$ 19,06 bilhões do total. As Autarquias tiveram uma receita estimada de R\$ 7,53 bilhões, enquanto as Fundações e os Fundos previram arrecadações de R\$ 68,35 milhões e R\$ 1,10 bilhão, respectivamente.

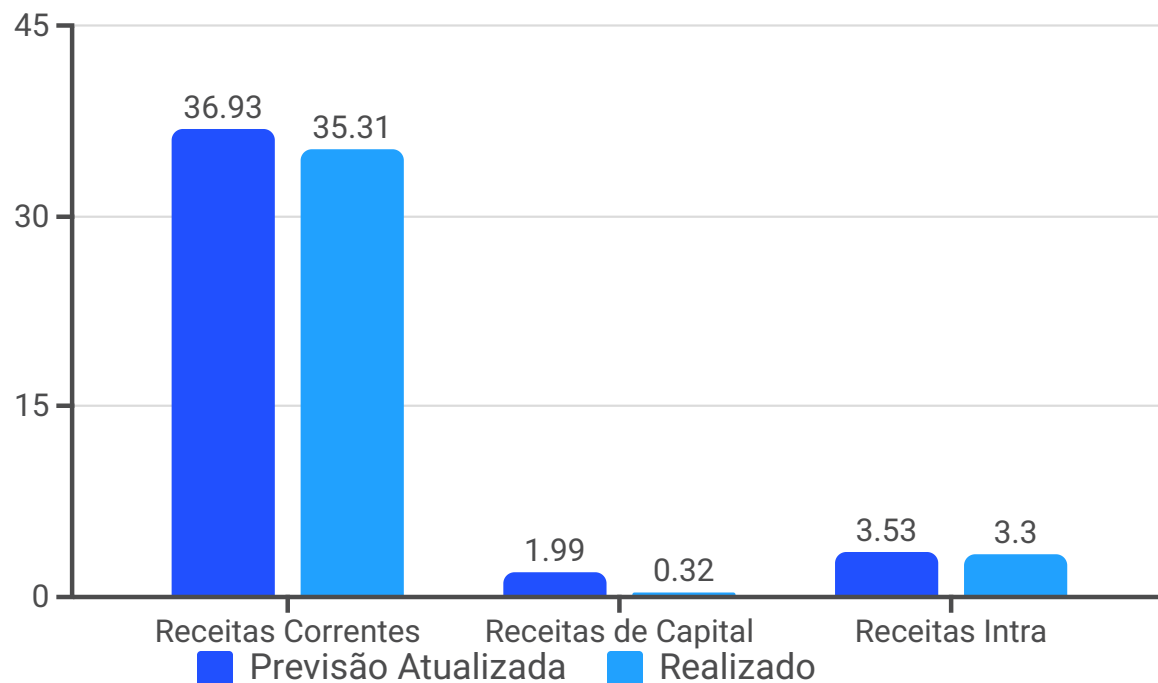
Previsão Atualizada da Receita



A previsão atualizada da execução orçamentária reflete as modificações ocorridas ao longo do exercício de 2024, incorporando ajustes decorrentes de créditos adicionais, variações na arrecadação e reprogramações de despesas. Essa atualização permite uma análise mais precisa da adequação das projeções iniciais em relação à realidade fiscal.

A previsão atualizada da receita para o exercício de 2024 apresentou um crescimento significativo em relação à previsão inicial, passando de R\$ 35,77 bilhões para R\$ 42,45 bilhões, um aumento de 18,68%. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento na previsão de arrecadação das receitas correntes, que registraram uma elevação de 15,92%.

Receita Realizada em 2024

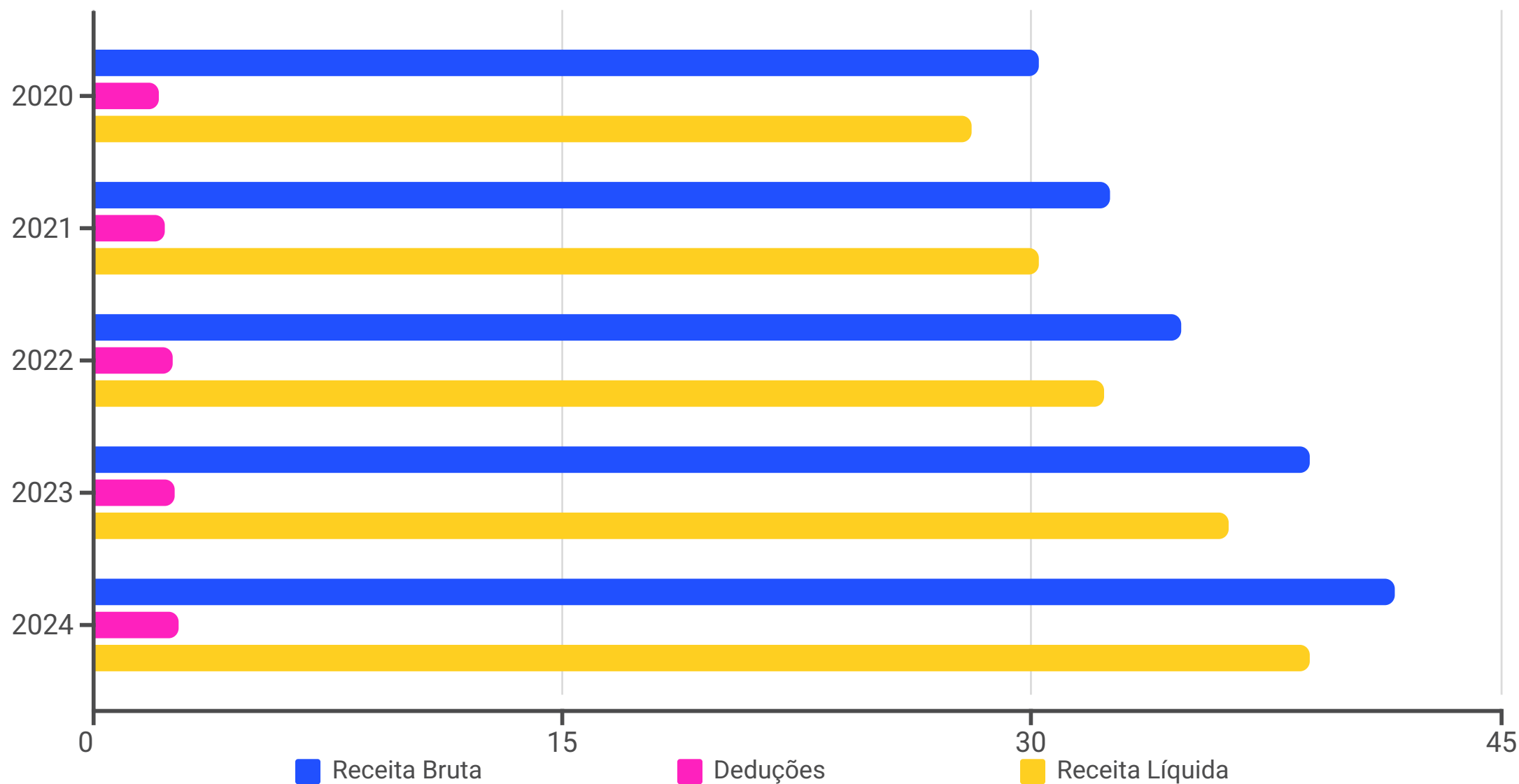


A Receita Líquida Realizada no Exercício de 2024 apresentou um desempenho inferior à previsão atualizada, totalizando R\$ 38,93 bilhões, valor 8,31% abaixo da previsão revisada de R\$ 42,45 bilhões. No entanto, quando comparada à previsão inicial, que era de R\$ 35,77 bilhões, observa-se um crescimento expressivo de 8,8%.

As Receitas Correntes, que representam a maior parte das receitas do exercício, totalizaram R\$ 35,31 bilhões, uma redução de 4,40% em relação à previsão atualizada de R\$ 36,93 bilhões. Apesar disso, quando comparadas à previsão inicial de R\$ 31,86 bilhões, houve um crescimento de 10,8%.

No comparativo entre os exercícios de 2024 e 2023, a arrecadação total apresentou um crescimento de 7,25%, passando de R\$ 36,29 bilhões em 2023 para R\$ 38,93 bilhões em 2024. Esse crescimento foi impulsionado por variações positivas em algumas categorias de receitas, como impostos e transferências.

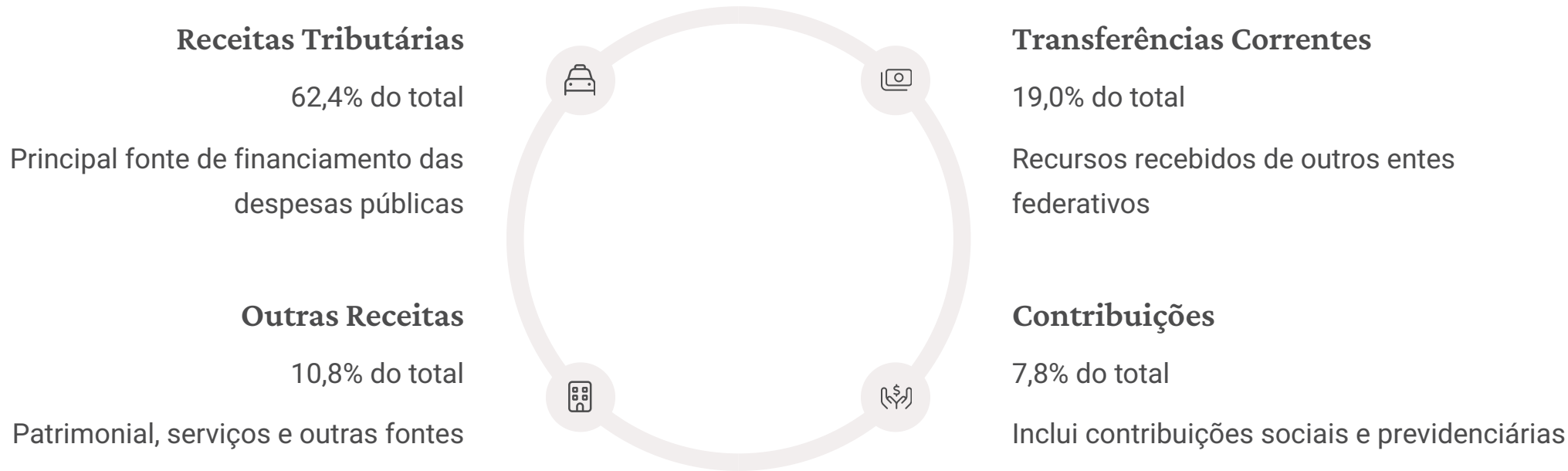
Evolução da Receita Bruta Arrecadada



Os dados demonstram que, embora as deduções tenham aumentado ao longo do tempo, a Receita Líquida conseguiu acompanhar esse crescimento, garantindo que o governo continue expandindo sua capacidade de atuação.

No exercício de 2024, as deduções da Receita Bruta foram compostas por diversas rubricas que representam repasses obrigatórios, ajustes e restituições, entre elas o FUNDEB (repasse constitucional destinado ao financiamento da educação básica), créditos a recolher à União, restituições de tributos e convênios, entre outros.

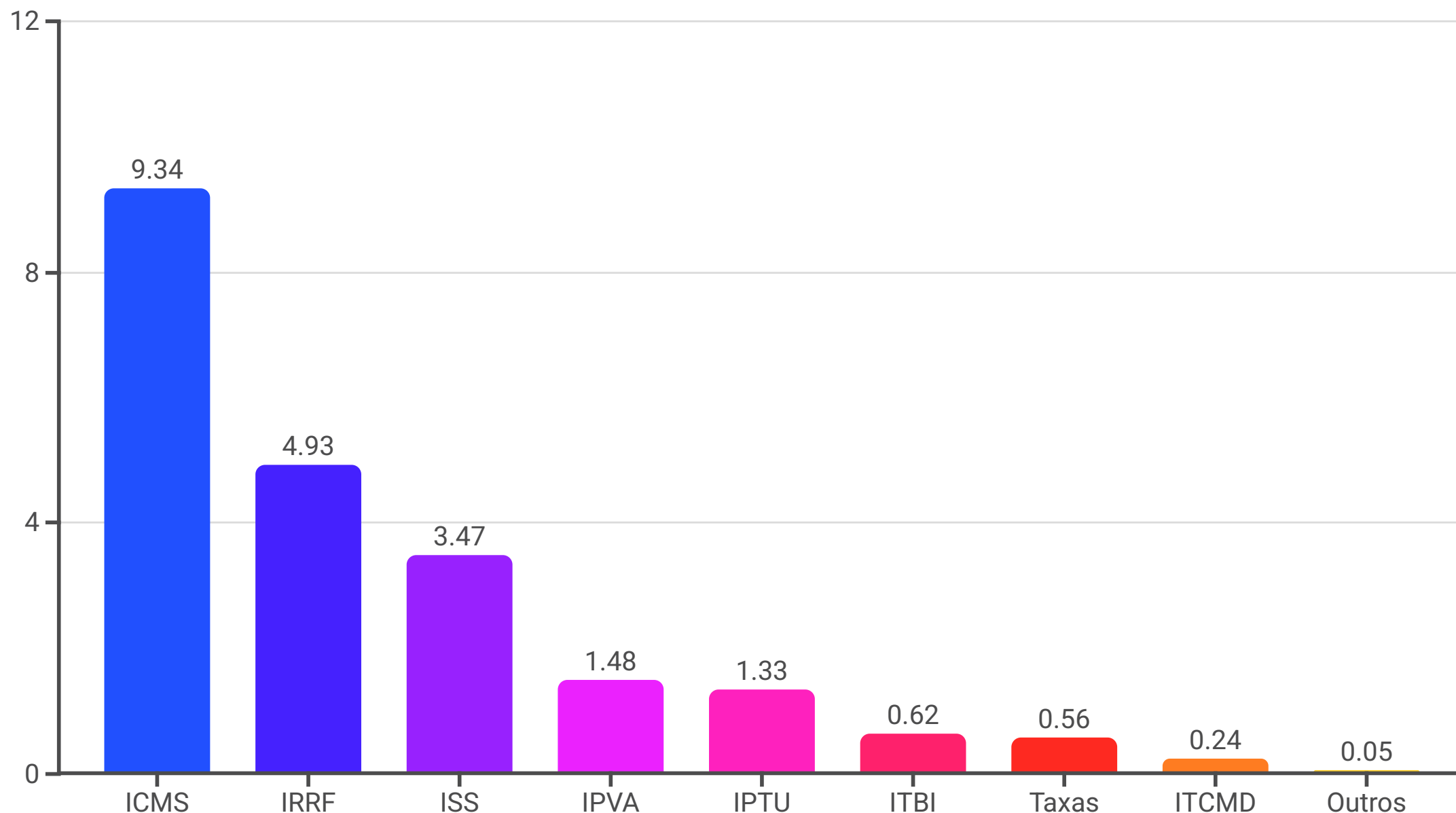
Composição da Receita Corrente



As receitas correntes compreendem os ingressos financeiros arrecadados pelo DF, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, sendo a principal fonte de financiamento das despesas operacionais da administração pública.

Incluem tributos de competência distrital, contribuições ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos, receitas provenientes da exploração do patrimônio estatal e da atuação em atividades agropecuárias, industriais e de serviços.

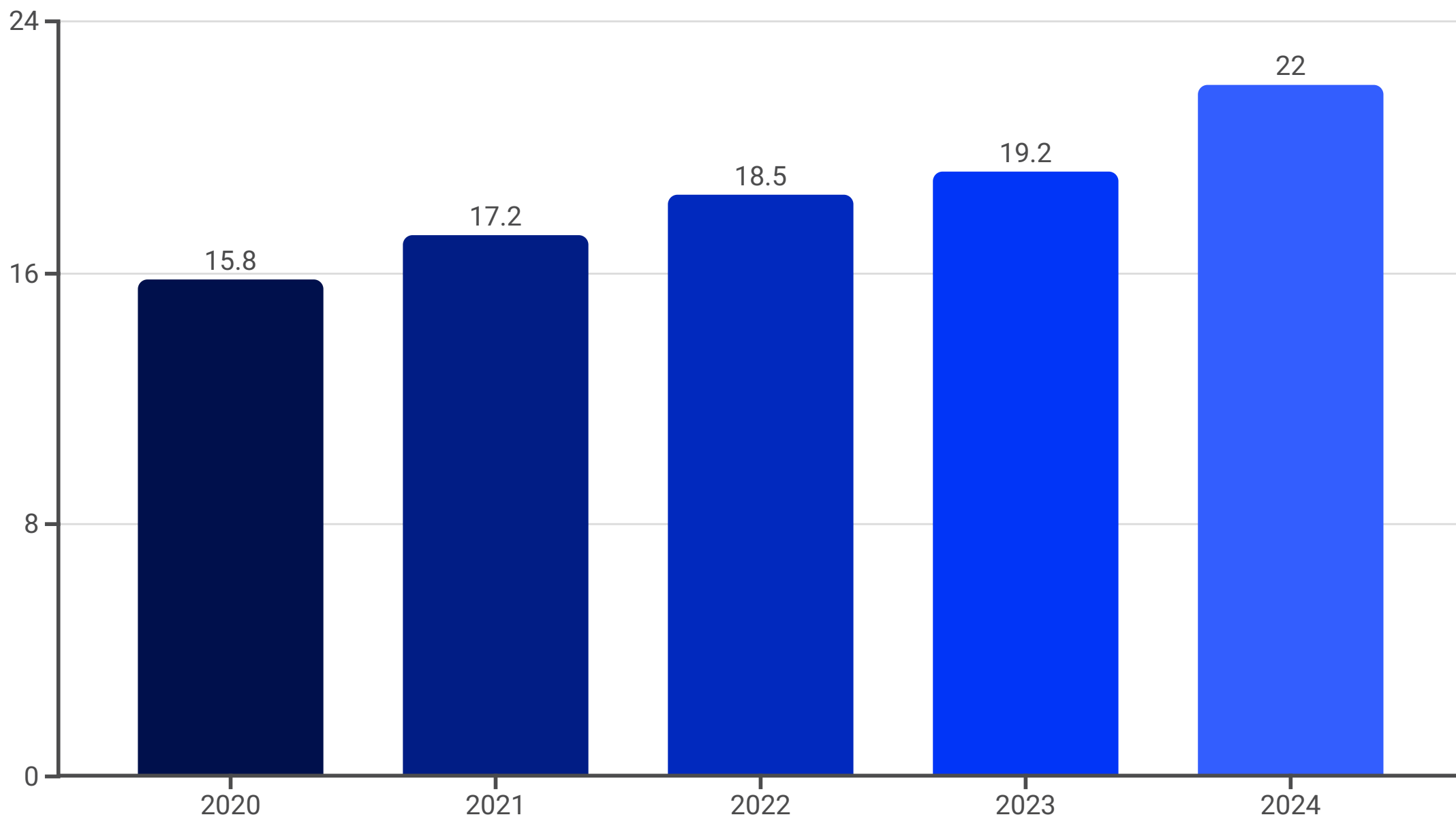
Receitas Tributárias



As receitas tributárias constituem a principal fonte de financiamento das despesas públicas, sendo compostas pela arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. No exercício de 2024, a arrecadação tributária líquida totalizou R\$ 22,02 bilhões, representando um crescimento de 14,68% em relação a 2023.

O ICMS, principal tributo do Distrito Federal, arrecadou R\$ 9,34 bilhões, um acréscimo de 17,67% em relação ao ano anterior. O IRRF, que representa o imposto de renda retido na fonte, cresceu 17,07%, atingindo R\$ 4,93 bilhões. Já o ISS teve um aumento de 12,47%, alcançando R\$ 3,47 bilhões.

Evolução da Receita Tributária



A Receita Tributária Líquida do Distrito Federal apresentou uma trajetória de crescimento ao longo dos últimos cinco anos, evidenciando a resiliência da arrecadação fiscal e o impacto das políticas tributárias implementadas no período.

No gráfico apresentado, verifica-se que a arrecadação de 2024 superou significativamente os valores registrados nos anos anteriores, atingindo um patamar superior a R\$ 22,02 bilhões em 2024, o maior valor da série analisada, representando um crescimento de 14,68% em relação a 2023, quando a arrecadação foi de R\$ 19,20 bilhões.

Receitas de Contribuições



Contribuições Sociais

Totalizaram R\$ 2,42 bilhões em 2024, com crescimento de 11,42% em relação a 2023. A maior parte refere-se à Contribuição do Servidor Civil, que somou R\$ 2,39 bilhões, apresentando um aumento de 11,58%.



Contribuição para Iluminação Pública

Arrecadou R\$ 322,50 milhões, um crescimento de 13,29% em comparação com 2023, quando o valor foi de R\$ 284,66 milhões.



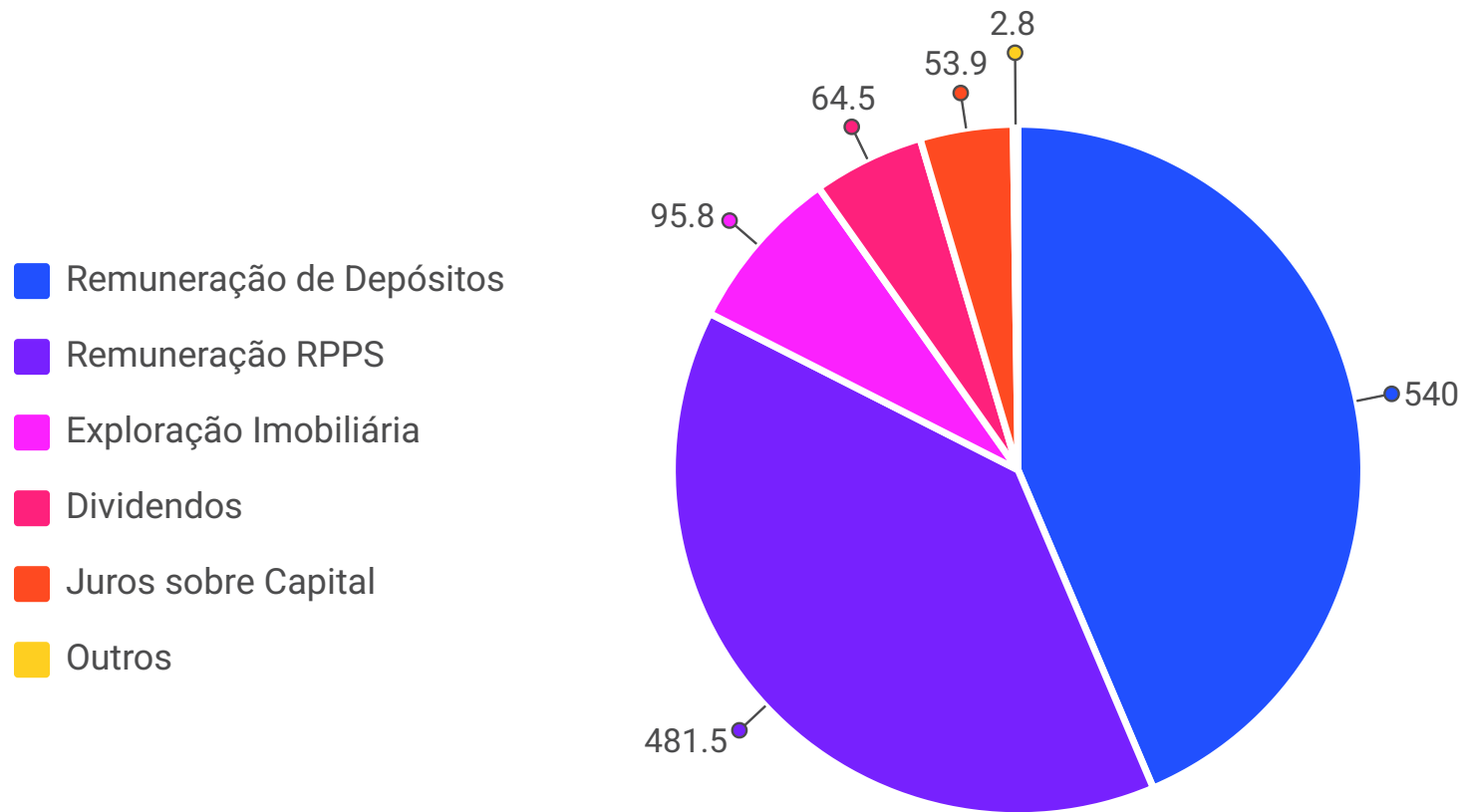
Contribuição Patronal

Considerando as receitas intraorçamentárias, a contribuição patronal do servidor civil atingiu R\$ 2,79 bilhões, crescendo 12,92% em relação aos R\$ 2,47 bilhões arrecadados em 2023.

As receitas de contribuições representam uma fonte relevante de arrecadação para o Distrito Federal, abrangendo tanto as contribuições sociais, que financiam a previdência dos servidores públicos, quanto as contribuições econômicas e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

No exercício de 2024, a arrecadação total de contribuições, incluindo as receitas intraorçamentárias, chegou a R\$ 5,54 bilhões, registrando uma expansão de 12,30% em comparação ao ano anterior.

Receita Patrimonial



As receitas patrimoniais correspondem aos valores arrecadados pelo Estado com a exploração de seus bens e ativos financeiros, abrangendo aluguéis, concessões, dividendos, juros sobre capital próprio e remuneração de depósitos bancários.

No exercício de 2024, a receita patrimonial líquida realizada totalizou R\$ 1,23 bilhão, representando uma redução de 31,88% em relação a 2023, quando a arrecadação foi de R\$ 1,81 bilhão.

A arrecadação com valores mobiliários, que inclui remuneração de depósitos bancários, rendimentos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), juros sobre capital próprio e dividendos, apresentou uma redução significativa de 34,23%, totalizando R\$ 1,13 bilhão em 2024 contra R\$ 1,73 bilhão em 2023.

Receitas de Serviços



Assistência à Saúde

R\$ 731,44 milhões
(+104,51%)



Serviços Administrativos

R\$ 471,40 milhões (+1,33%)



Transporte

R\$ 131,63 milhões (-6,64%)



Serviços Financeiros

R\$ 26,74 milhões (-62,63%)

As receitas de serviços representam valores arrecadados pelo governo com a prestação de serviços administrativos, comerciais, financeiros, de transporte e assistência à saúde suplementar. No exercício de 2024, a receita total arrecadada sem considerar receitas intraorçamentárias atingiu R\$ 1,36 bilhão, registrando um crescimento de 31,47% em relação a 2023.

O principal fator para esse crescimento foi a arrecadação com os serviços de assistência à saúde suplementar do servidor civil, que mais que dobrou no período, passando de R\$ 357,65 milhões em 2023 para R\$ 731,44 milhões em 2024, um aumento de 104,51%.

Transferências Correntes

Transferências da União

Totalizaram R\$ 3,48 bilhões em 2024, registrando uma queda de 6,23% em relação a 2023. Destacam-se o FPE (R\$ 1,02 bilhão, +16,42%), o FPM (R\$ 388,32 milhões, +56,10%) e as transferências do SUS (R\$ 1,08 bilhão, +16,29%).

Transferências de Instituições Públicas

Somaram R\$ 3,16 bilhões, um crescimento de 13,09% em relação a 2023. Esse grupo representa uma importante fonte de recursos para o financiamento de políticas públicas específicas.

Transferências dos Estados

Alcançaram R\$ 56,05 milhões, uma redução de 30,09% em comparação com 2023, quando o valor foi de R\$ 80,17 milhões. As transferências intraorçamentárias dos estados totalizaram R\$ 13,75 milhões, um aumento de 64,92%.

As transferências correntes representam uma importante fonte de recursos para o Distrito Federal, sendo compostas por repasses da União, dos estados, de instituições privadas e outras entidades públicas. No exercício de 2024, a receita total arrecadada, incluindo as receitas intraorçamentárias, chegou a R\$ 6,73 bilhões, representando um aumento de 1,51% na comparação com o ano anterior.

Receita de Capital



As receitas de capital são ingressos financeiros que resultam da realização de operações que alteram o patrimônio público, sem representar um aumento direto da capacidade de arrecadação tributária. Diferente das receitas correntes, que são utilizadas para custear despesas operacionais, as receitas de capital são destinadas, principalmente, a investimentos em infraestrutura.

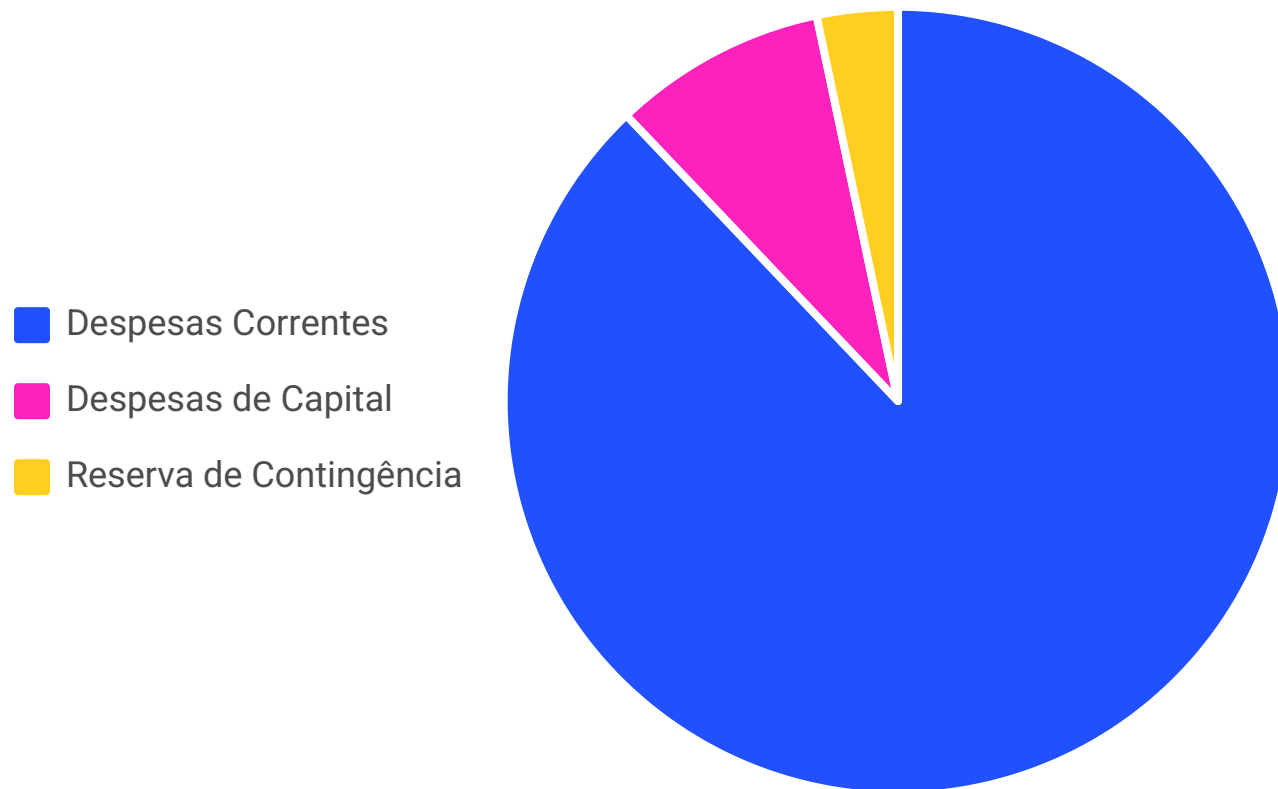
No exercício de 2024, a Receita de Capital apresentou uma forte redução em relação à estimativa inicial. O montante arrecadado foi de R\$ 318,34 milhões, representando uma queda expressiva de 83,99% em relação à previsão atualizada de R\$ 1,98 bilhão.

Despesa Orçamentária

As despesas orçamentárias representam os gastos realizados pelo Estado para a manutenção de seus serviços, execução de políticas públicas e investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social. Elas são essenciais para o funcionamento da administração pública e abrangem desde despesas com pessoal e custeio da máquina estatal até investimentos em infraestrutura, saúde, educação e segurança.

No campo da fixação das despesas, houve um acompanhamento da tendência de crescimento da receita, o que representou um aumento de 8,48% em relação ao exercício anterior. As despesas correntes continuaram a representar a maior parte dos gastos públicos, com destaque para os gastos com pessoal e encargos que cresceram 11,13%.

Despesa Fixada



As despesas correntes representam 87,90% do orçamento total, somando R\$ 31,44 bilhões. Dentro deste grupo, os gastos com pessoal e encargos destacam-se com R\$ 18,40 bilhões (51,43% do total), seguidos por outras despesas correntes com R\$ 12,59 bilhões (35,21%) e juros e encargos da dívida com R\$ 450,78 milhões (1,26%).

As despesas de capital totalizaram R\$ 3,14 bilhões (8,78%), sendo R\$ 2,38 bilhões em investimentos, R\$ 702,10 milhões em amortização da dívida e R\$ 53,28 milhões em inversões financeiras. A reserva de contingência foi fixada em R\$ 1,18 bilhão, representando 3,31% do orçamento total de R\$ 35,77 bilhões.

Comparativo da Despesa Fixada 2023-2024

8,48%

Aumento Total

Crescimento da despesa fixada em relação ao exercício anterior

11,13%

Pessoal e Encargos

Aumento nas despesas com servidores públicos

49,75%

Juros da Dívida

Crescimento expressivo nos encargos financeiros

122,18%

Reserva de Contingência

Maior aumento percentual entre as categorias

Comparando com 2023, observa-se que as despesas correntes mantiveram-se como a maior parte dos gastos (87,90% em 2024 vs 88,47% em 2023). Os investimentos sofreram redução de 12,45%, enquanto as inversões financeiras diminuíram 43,04%. Em contrapartida, a amortização da dívida aumentou 56,67% e a reserva de contingência mais que dobrou, com crescimento de 122,18%.

Despesa Autorizada

Conceito

A despesa autorizada representa o montante de recursos aprovado ao longo do exercício orçamentário, incluindo a previsão inicial e todas as alterações realizadas por meio de créditos adicionais, remanejamentos e reprogramações financeiras.

Importância

Esse valor reflete a capacidade de ajuste do orçamento às necessidades da administração pública, permitindo a alocação de recursos de acordo com a execução das políticas governamentais e eventuais mudanças no cenário económico.

Análise

A comparação entre a despesa autorizada e a despesa inicial possibilita avaliar a flexibilidade da gestão orçamentária e o impacto das decisões tomadas ao longo do exercício na distribuição dos recursos públicos.

Evolução da Despesa Autorizada



A despesa autorizada para o exercício de 2024 apresentou um crescimento expressivo em relação à previsão inicial, totalizando R\$ 46,96 bilhões, um aumento de 31,28%. Esse incremento reflete ajustes orçamentários ao longo do exercício, incluindo créditos adicionais, remanejamentos de dotações e reprogramações financeiras, demonstrando a necessidade de flexibilização do orçamento.

Detalhamento da Despesa Autorizada

Despesas Correntes

Passaram de R\$ 31,44 bilhões na dotação inicial para R\$ 40,57 bilhões na dotação autorizada, um crescimento de 29,01%.

- Pessoal e encargos: +18,31%
- Juros e encargos da dívida: +11,31%
- Outras despesas correntes: +45,28%

Despesas de Capital

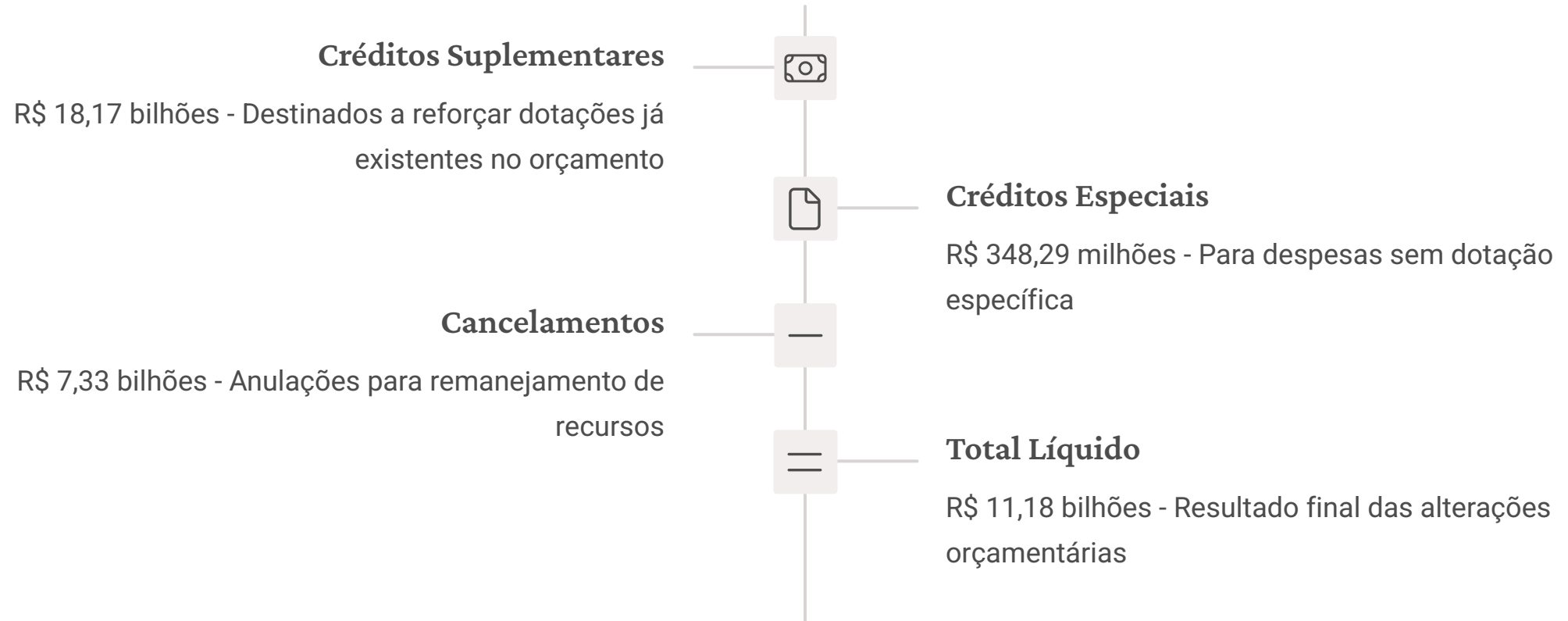
Ampliadas consideravelmente, passando de R\$ 3,14 bilhões para R\$ 5,72 bilhões, um aumento expressivo de 82,25%.

- Investimentos: +98,68%
- Inversões financeiras: +175,84%
- Amortização da dívida: +19,31%

Reserva de Contingência

Sofreu uma redução expressiva de -43,68%, passando de R\$ 1,18 bilhão na dotação inicial para R\$ 667,80 milhões na dotação autorizada.

Créditos Adicionais



Os créditos adicionais representam as alterações realizadas no orçamento ao longo do exercício. Em 2024, foram abertos R\$ 18,17 bilhões em créditos suplementares e R\$ 348,29 milhões em créditos especiais. Para financiar parte desses créditos, foram canceladas dotações no valor de R\$ 7,33 bilhões, resultando em um acréscimo líquido de R\$ 11,18 bilhões ao orçamento inicial.

Despesa Empenhada



O empenho é o primeiro estágio da execução da despesa pública e representa um compromisso formal do ente público com determinado gasto, garantindo que há saldo orçamentário suficiente para sua realização. Ele serve para assegurar que os recursos necessários para a despesa estão reservados, evitando que o orçamento aprovado seja superado.

Análise da Despesa Empenhada



Dotação Autorizada

R\$ 46,96 bilhões



Despesa Empenhada

R\$ 40,54 bilhões (86,33%)



Crescimento vs 2023

Aumento de 19,61%

Em 2024, a despesa empenhada totalizou R\$ 40,54 bilhões, o que representa 86,33% da despesa autorizada de R\$ 46,97 bilhões. Comparando com 2023, percebe-se um crescimento expressivo de 19,61% em relação aos R\$ 33,89 bilhões empenhados no ano anterior.

As despesas correntes tiveram 93,27% de execução, com R\$ 37,84 bilhões empenhados dos R\$ 40,57 bilhões autorizados. Já as despesas de capital apresentaram execução mais baixa, com apenas 47,22% da autorização empenhada (R\$ 2,70 bilhões de R\$ 5,72 bilhões).

Modalidades de Licitação



A execução orçamentária de 2024 totalizou R\$ 40,54 bilhões em despesas empenhadas, distribuídas entre diversas modalidades de contratação. A maior parcela está relacionada a Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 19,94 bilhões), seguida pelo Pregão (R\$ 5,96 bilhões) e Concorrência (R\$ 2,93 bilhões). As contratações diretas por Dispensa e Inexigibilidade somaram R\$ 3,88 bilhões.

Despesa Liquidada e Paga

Liquidação

A liquidação é a segunda etapa da execução da despesa pública e ocorre quando o ente público verifica que o bem foi recebido ou o serviço foi prestado conforme contratado, conferindo a regularidade do pagamento.

Em 2024, a despesa liquidada totalizou R\$ 38,62 bilhões, correspondendo a 95,26% do total empenhado (R\$ 40,54 bilhões), um aumento de 20,31% em relação a 2023.

Pagamento

O pagamento representa a última etapa da execução da despesa pública, ocorrendo após a liquidação, quando o ente público efetua o desembolso financeiro para quitar o compromisso assumido.

A despesa paga em 2024 somou R\$ 36,65 bilhões, representando 94,91% do total liquidado, com crescimento de 21,09% em relação a 2023.

Despesa por Função

As funções que mais receberam acréscimos na dotação orçamentária foram Educação (+49,52%, R\$ 9,26 bilhões), Saúde (+39,35%, R\$ 6,70 bilhões), Previdência Social (+40,00%, R\$ 6,60 bilhões), Segurança Pública (+41,95%, R\$ 2,21 bilhões) e Urbanismo (+48,05%, R\$ 3,36 bilhões).

Entre as funções com maior percentual de liquidação em relação ao empenhado, destacam-se Previdência Social (98,96%), Administração (94,65%), Saúde (92,16%) e Educação (95,52%), demonstrando alta eficiência na execução orçamentária dessas áreas essenciais.

Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é um relatório financeiro que mostra o que a empresa possui (ativos) e o que ela deve (passivos) em uma determinada data. É como uma "foto" da situação financeira no momento.

Ele serve para ajudar gestores e outros interessados a entenderem a saúde financeira do governo, analisar sua capacidade de pagamento e verificar como os recursos estão sendo utilizados. Este relatório apresenta dados comparativos que permitem acompanhar a evolução financeira entre diferentes períodos.

Balanço Patrimonial - Ativo

Ativo Circulante

R\$ 26.322.210.493,43 no exercício atual, representando uma redução em relação ao exercício anterior (R\$ 27.597.152.108,60).

Ativo Não Circulante

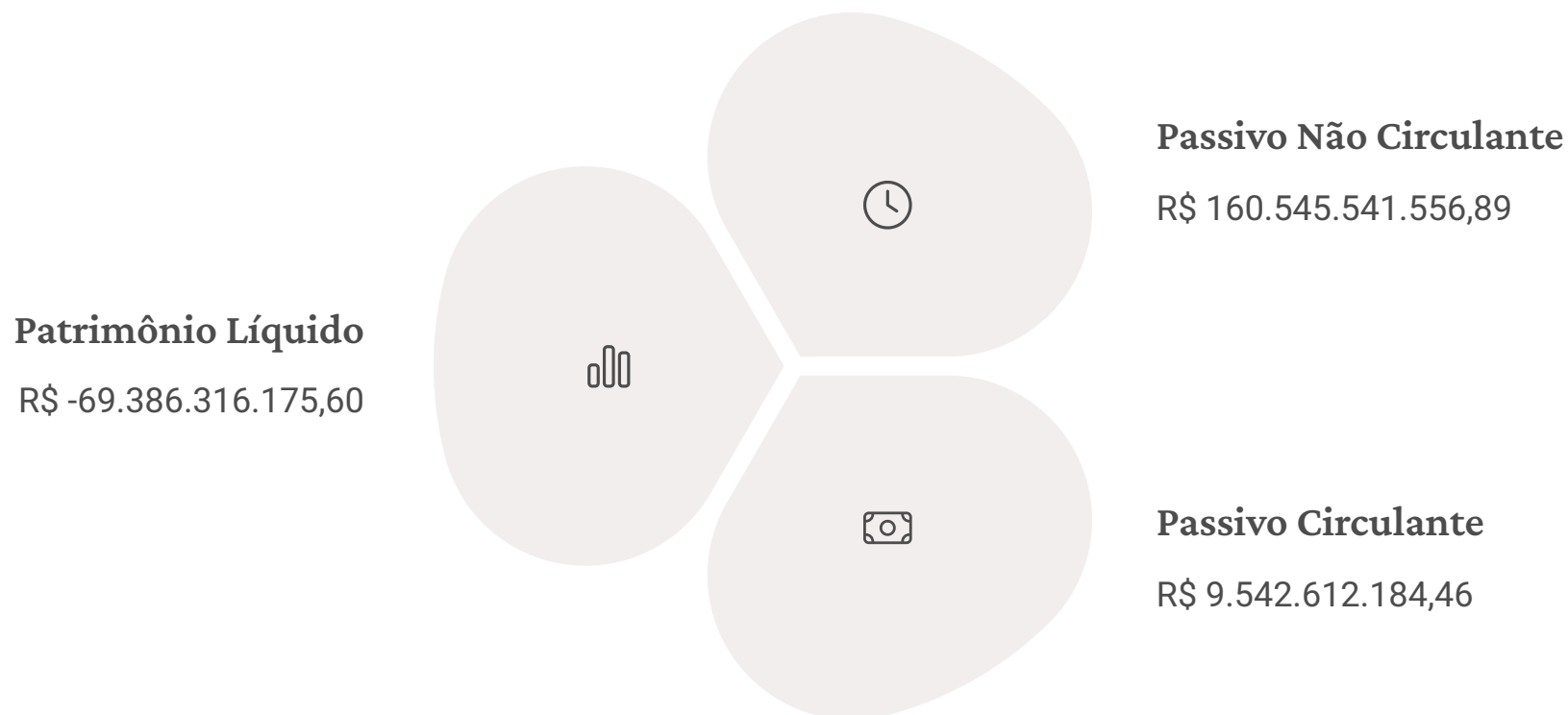
R\$ 74.379.627.072,32 no exercício atual, demonstrando um aumento em comparação ao exercício anterior (R\$ 68.674.904.357,08).

Total do Ativo

R\$ 100.701.837.565,75 no exercício atual, superior ao exercício anterior (R\$ 96.272.056.465,68).

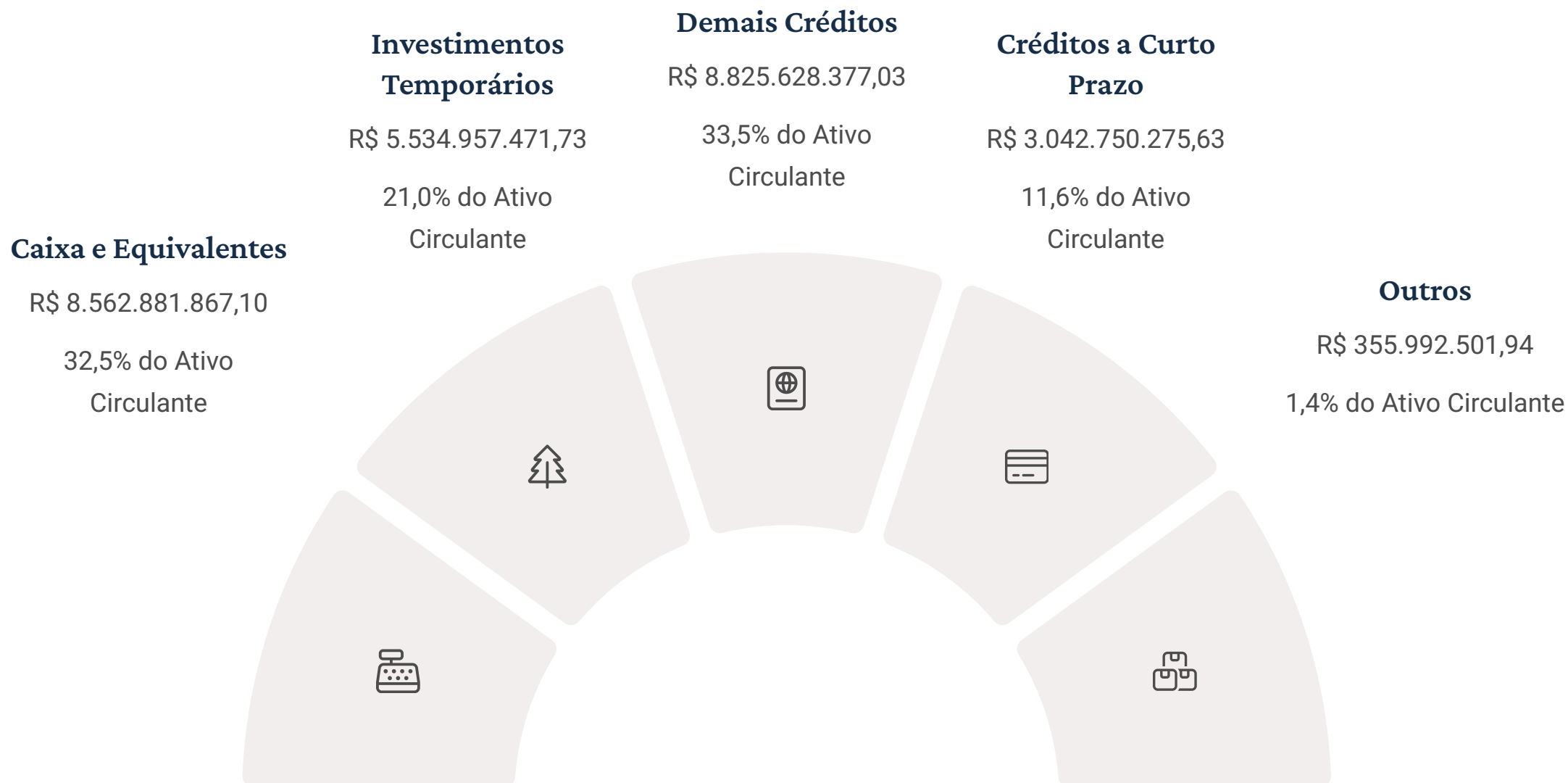
O ativo total apresentou um crescimento de aproximadamente 4,6% em relação ao exercício anterior. Destaca-se o aumento significativo em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 8,5 bilhões, e o crescimento do Imobilizado, que aumentou de R\$ 14,9 bilhões para R\$ 17 bilhões.

Balanço Patrimonial - Passivo



O passivo total apresentou um aumento significativo, principalmente no Passivo Não Circulante, que passou de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 160,5 bilhões. Este aumento expressivo deve-se principalmente às Provisões a Longo Prazo, que saltaram de R\$ 796 milhões para R\$ 148,8 bilhões. O Patrimônio Líquido apresentou uma reversão, passando de positivo (R\$ 74,6 bilhões) para negativo (R\$ -69,3 bilhões).

Composição do Ativo Circulante



A composição do Ativo Circulante mostra uma concentração em três principais categorias: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (33,5%), Caixa e Equivalentes de Caixa (32,5%) e Investimentos e Aplicações Temporárias (21%). Houve uma redução significativa nos Estoques, que passaram de R\$ 987 milhões para R\$ 328 milhões, e nas VPD Pagas Antecipadamente, que diminuíram de R\$ 2,9 bilhões para apenas R\$ 27 milhões.

Composição do Passivo Circulante

55,1%

Demais Obrigações

Representam R\$ 5,25 bilhões do total do Passivo Circulante

24,5%

Fornecedores

Contas a pagar somam R\$ 2,33 bilhões

17,2%

Obrigações Trabalhistas

Total de R\$ 1,63 bilhões em compromissos com pessoal

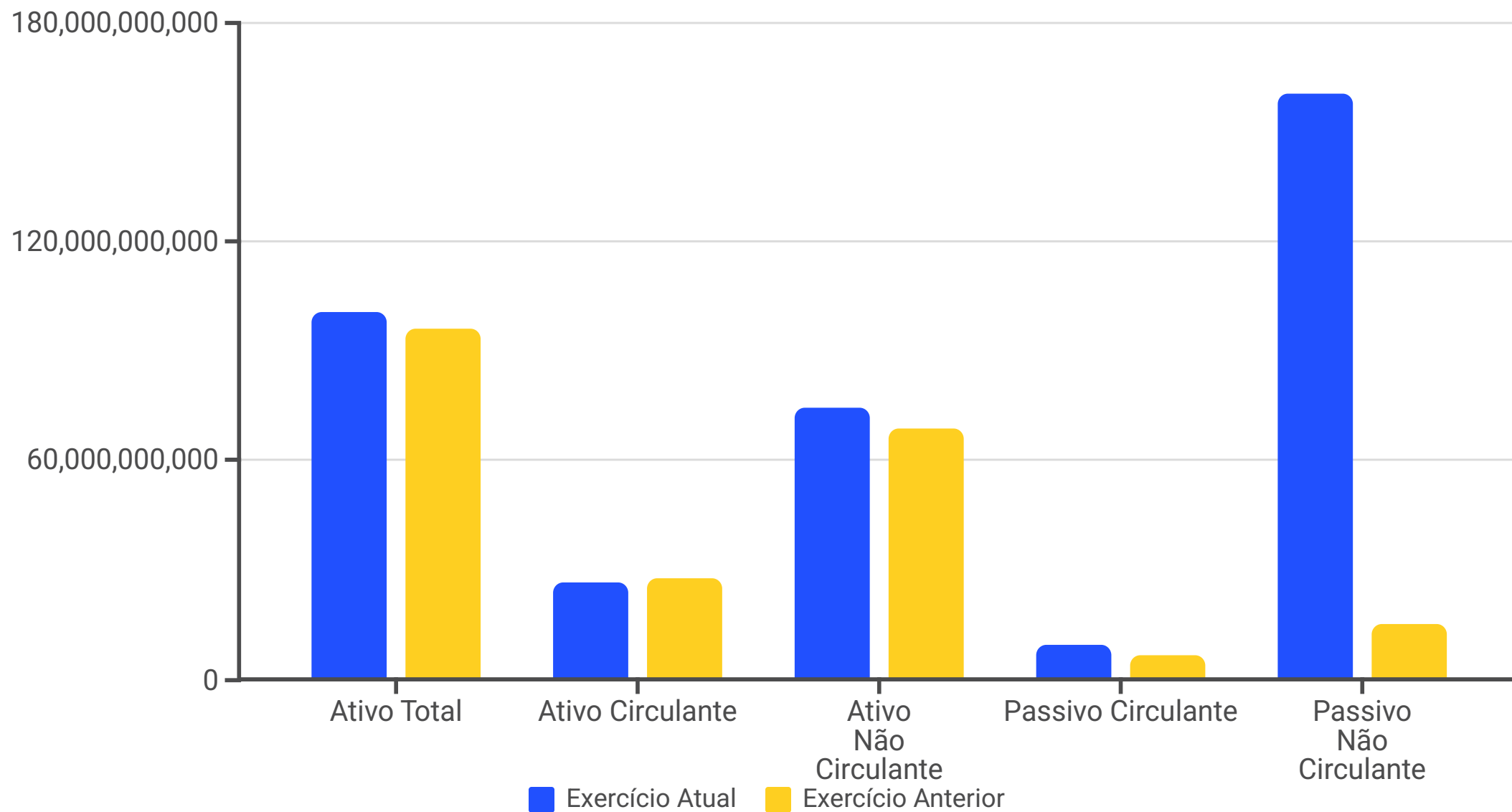
3,2%

Outros Passivos

Incluem empréstimos, obrigações fiscais e provisões

O Passivo Circulante apresentou um aumento de aproximadamente 49,5% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 6,38 bilhões para R\$ 9,54 bilhões. As Demais Obrigações a Curto Prazo representam a maior parcela (55,1%), seguidas pelos Fornecedores e Contas a Pagar (24,5%) e pelas Obrigações Trabalhistas (17,2%). Destaca-se a redução significativa nos Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, que diminuíram de R\$ 822 milhões para R\$ 31 milhões.

Evolução do Ativo e Passivo



A comparação entre os exercícios mostra um crescimento moderado do Ativo Total (4,6%), com redução no Ativo Circulante (-4,6%) e aumento no Ativo Não Circulante (8,3%). No entanto, o destaque está no expressivo aumento do Passivo Não Circulante, que cresceu mais de 10 vezes, passando de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 160,5 bilhões, principalmente devido ao aumento nas Provisões a Longo Prazo.

Análise do Patrimônio Líquido



Patrimônio Social e Capital Social

R\$ 37.424.114.011,20 no exercício atual, um aumento significativo em relação ao valor negativo do exercício anterior (R\$ -5.603.280.322,81).



Resultado do Exercício

R\$ -5.699.008.064,84 no exercício atual, representando uma reversão em relação ao resultado positivo do exercício anterior (R\$ 7.112.472.971,21).



Resultado Acumulado

R\$ -107.968.834.701,68 no exercício atual, uma deterioração expressiva em comparação ao valor positivo do exercício anterior (R\$ 79.590.067.742,61).



Patrimônio Líquido Total

R\$ -69.386.316.175,60 no exercício atual, representando uma reversão em relação ao valor positivo do exercício anterior (R\$ 74.630.729.125,29).

O Patrimônio Líquido passou de um valor positivo de R\$ 74,6 bilhões para um valor negativo de R\$ -69,3 bilhões. Esta reversão deve-se principalmente à queda expressiva no Resultado Acumulado, que passou de R\$ 79,5 bilhões positivos para R\$ -107,9 bilhões negativos, apesar do aumento no Patrimônio Social e Capital Social.

Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio público durante o exercício financeiro, sejam elas aumentativas (receitas) ou diminutivas (despesas).

Diferentemente do setor privado, que busca lucro, no setor público a DVP mostra como os recursos foram utilizados para cumprir a função social do Estado.

Visão Geral das Variações Patrimoniais

Variações Aumentativas

O total das variações patrimoniais aumentativas atingiu R\$ 101.153.107.903,25 no exercício atual, representando um aumento significativo em relação aos R\$ 79.642.860.632,59 do exercício anterior.

O resultado patrimonial do período atual apresentou um déficit de R\$ 5.699.008.064,84, contrastando com o superávit de R\$ 7.112.472.971,21 observado no exercício anterior.

Variações Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas também totalizaram R\$ 101.153.107.903,25 no exercício atual, comparado aos R\$ 79.642.860.632,59 do exercício anterior, mantendo o equilíbrio contábil.

Impostos, Taxas e Contribuições

R\$ 23,9 Bi

Impostos e Taxas

Valor arrecadado no exercício atual

R\$ 20,7 Bi

Exercício Anterior

Valor comparativo do período passado

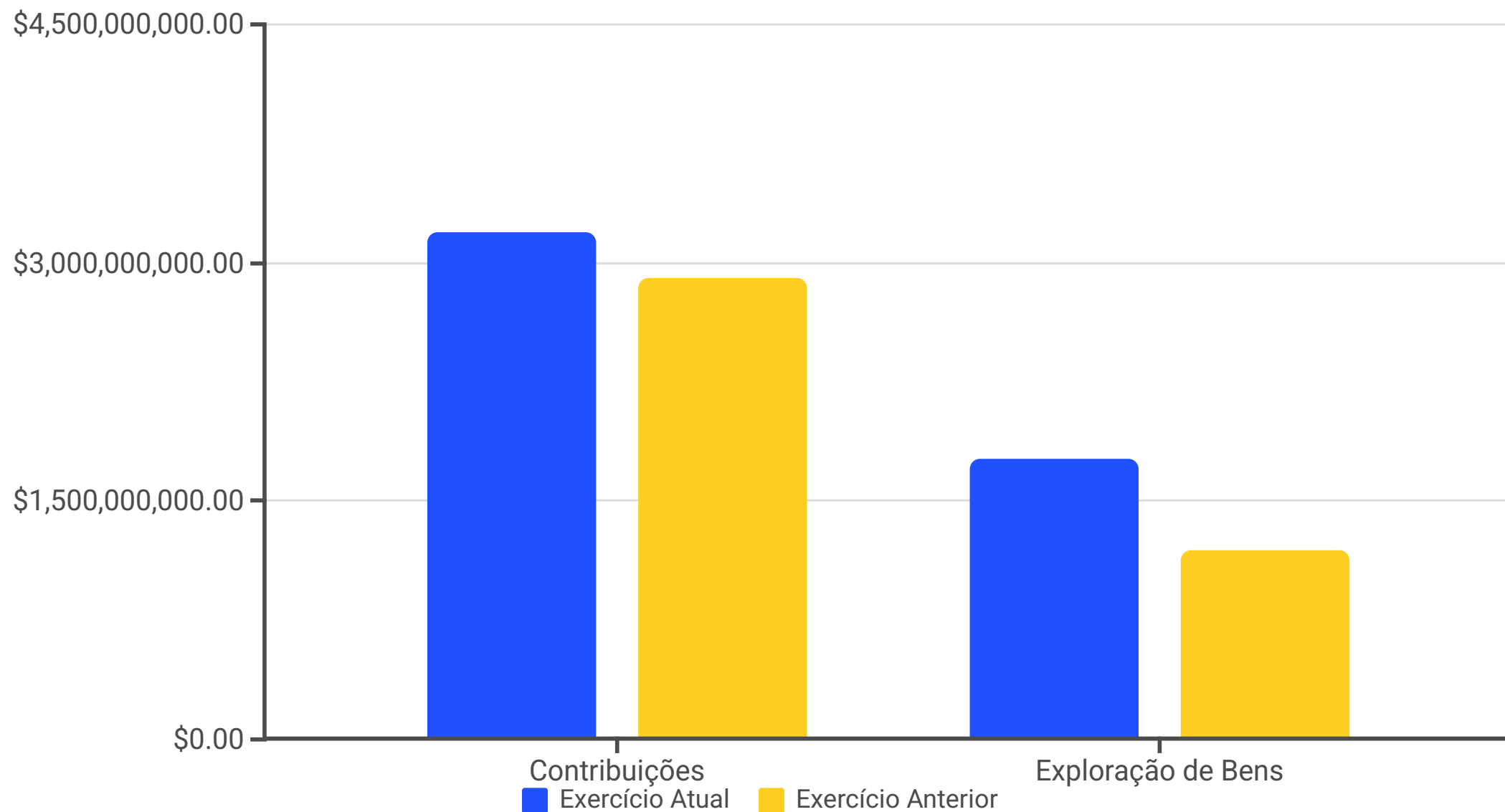
15,8%

Crescimento

Aumento percentual na arrecadação

A arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria apresentou um crescimento expressivo, passando de R\$ 20.684.835.562,18 no exercício anterior para R\$ 23.945.845.519,31 no exercício atual. Este aumento de aproximadamente 15,8% reflete uma melhoria na eficiência arrecadatória.

Contribuições e Exploração de Bens e Serviços



As contribuições apresentaram um aumento de 9,9%, passando de R\$ 2.899.947.958,15 para R\$ 3.186.136.325,52 no exercício atual. Este crescimento demonstra uma tendência positiva na arrecadação de contribuições sociais e econômicas.

Já a exploração e venda de bens e serviços registrou um aumento ainda mais expressivo de 48,5%, saltando de R\$ 1.190.169.696,16 para R\$ 1.766.822.764,12. Este resultado indica uma melhoria significativa na capacidade de geração de receitas próprias através da exploração de ativos e prestação de serviços.

Transferências e Delegações

Transferências Recebidas

R\$ 51.518.334.744,05 no exercício atual, representando um aumento de 19,2% em relação ao exercício anterior (R\$ 43.222.024.533,04).

Transferências Concedidas

R\$ 47.374.048.581,25 no exercício atual, um aumento de 29% em comparação com o exercício anterior (R\$ 36.732.752.602,78).

Saldo Líquido

Resultado positivo de R\$ 4.144.286.162,80 no exercício atual, menor que o saldo de R\$ 6.489.271.930,26 do exercício anterior.

As transferências e delegações representam uma parte significativa do fluxo financeiro, com um volume expressivo tanto de recursos recebidos quanto concedidos. Embora o saldo líquido permaneça positivo, houve uma redução de aproximadamente 36% neste saldo em comparação com o exercício anterior, indicando uma mudança na dinâmica das transferências intergovernamentais.

Pessoal e Encargos

1	Exercício Anterior R\$ 14.266.696.183,87
2	Exercício Atual R\$ 15.914.751.475,49
3	Variação Aumento de 11,6%

Os gastos com pessoal e encargos apresentaram um aumento de 11,6% no exercício atual, totalizando R\$ 15.914.751.475,49 em comparação com R\$ 14.266.696.183,87 no exercício anterior. Este crescimento pode ser atribuído a diversos fatores, como reajustes salariais, contratações, progressões funcionais e aumentos em benefícios e encargos trabalhistas.

As despesas com pessoal representam uma parcela significativa das variações patrimoniais diminutivas, refletindo a importância do capital humano na prestação de serviços públicos.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais



Os benefícios previdenciários e assistenciais registraram um aumento expressivo de 35,1%, passando de R\$ 5.347.960.152,08 no exercício anterior para R\$ 7.222.590.671,22 no exercício atual. Este crescimento significativo pode estar relacionado a fatores como o aumento no número de beneficiários, reajustes nos valores dos benefícios e possíveis mudanças nas políticas de assistência social e previdenciária.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital



Exercício Anterior

R\$ 8.469.375.084,94



Exercício Atual

R\$ 9.262.997.643,76



Variação Percentual

Aumento de 9,4%

As despesas relacionadas ao uso de bens, serviços e consumo de capital apresentaram um crescimento de 9,4%, totalizando R\$ 9.262.997.643,76 no exercício atual em comparação com R\$ 8.469.375.084,94 no exercício anterior. Este aumento reflete a expansão nos gastos operacionais necessários para a manutenção e funcionamento das atividades governamentais.

Outras Variações Patrimoniais

As outras variações patrimoniais aumentativas apresentaram um crescimento extraordinário de 163,4%, saltando de R\$ 5.880.372.281,63 para R\$ 15.487.380.191,78 no exercício atual. Este aumento expressivo indica eventos financeiros significativos que impactaram positivamente o patrimônio.

Por outro lado, as outras variações patrimoniais diminutivas registraram um aumento ainda mais expressivo, passando de R\$ 1.363.254.675,53 para R\$ 22.004.681.468,11, representando um crescimento de 1.514%.

Resultado Patrimonial do Período



Exercício Anterior

Superávit de R\$ 7.112.472.971,21



Varição

Redução de R\$ 12.811.481.036,05



Exercício Atual

Déficit de R\$ 5.699.008.064,84

O resultado patrimonial do período apresentou uma mudança drástica, passando de um superávit de R\$ 7.112.472.971,21 no exercício anterior para um déficit de R\$ 5.699.008.064,84 no exercício atual. Esta inversão representa uma deterioração de R\$ 12.811.481.036,05 na posição patrimonial líquida.

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida

R\$ 36.114.673.966,81

Base para cálculo de diversos limites fiscais estabelecidos pela LRF

RCL Ajustada para Endividamento

R\$ 35.947.778.319,13

Valor ajustado conforme regras específicas para cálculo dos limites de endividamento

RCL Ajustada para Despesa com Pessoal

R\$ 35.826.652.617,08

Valor ajustado para verificação do cumprimento dos limites de gastos com pessoal

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas algumas parcelas específicas. Este indicador é fundamental para o cálculo dos limites de gastos com pessoal, endividamento e outras despesas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resultados Primário e Nominal

Resultado Primário

Meta fixada: -R\$ 971.089.689,00

Resultado apurado: -R\$ 749.181.067,24

Percentual em relação à meta: 77,15%

O resultado primário, que exclui receitas e despesas financeiras, apresentou déficit menor que o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Resultado Nominal

Meta fixada: -R\$ 1.076.486.860,00

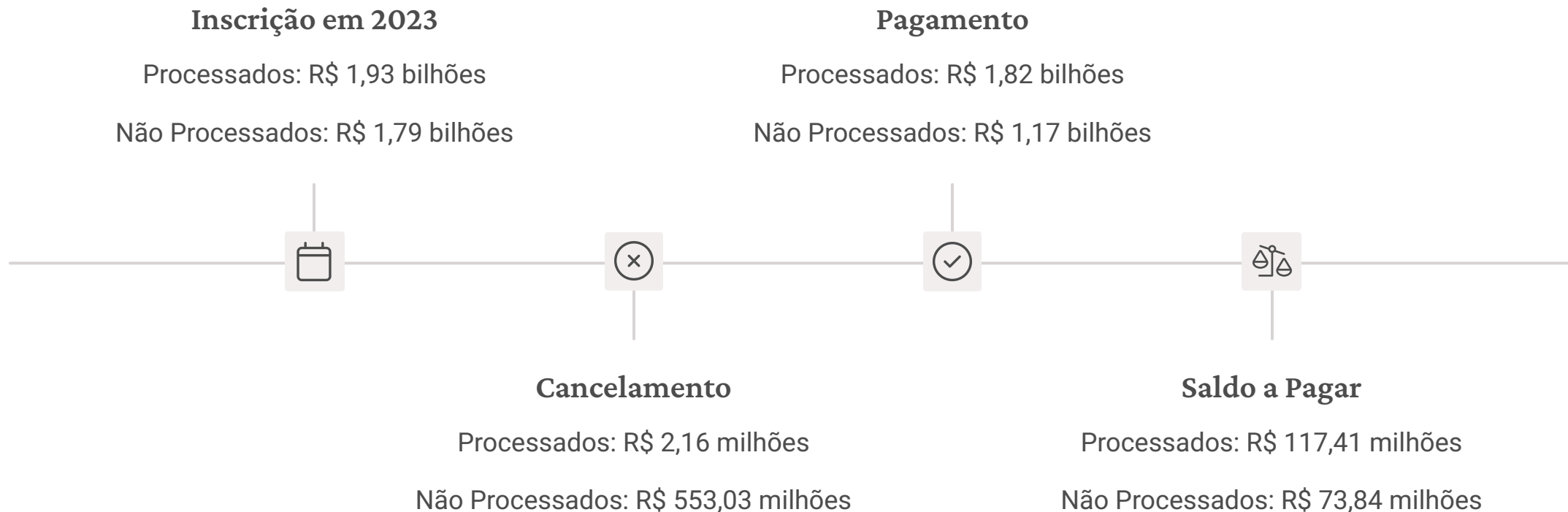
Resultado apurado: R\$ 2.915.266.079,47

Percentual em relação à meta: -270,81%

O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais, apresentou superávit, contrariando a expectativa de déficit estabelecida na LDO.

Os resultados fiscais demonstram uma situação melhor que a prevista inicialmente. O déficit primário ficou abaixo da meta estabelecida, enquanto o resultado nominal apresentou superávit, indicando uma redução do endividamento público. Estes indicadores são fundamentais para avaliar a sustentabilidade fiscal do governo a médio e longo prazo.

Movimentação dos Restos a Pagar



A gestão dos restos a pagar demonstra eficiência na quitação de compromissos de exercícios anteriores. Do total de R\$ 3,73 bilhões inscritos (somando processados e não processados), foram pagos R\$ 2,99 bilhões (80,2%) e cancelados R\$ 555,19 milhões (14,9%), restando um saldo a pagar de R\$ 191,24 milhões (5,1%).

Aplicação em Educação e FUNDEB



Aplicação em Educação

25,48% da receita de impostos



Mínimo Constitucional

25% da receita de impostos



Aplicação do FUNDEB

84,11% dos recursos



Mínimo Legal FUNDEB

70% em remuneração dos profissionais

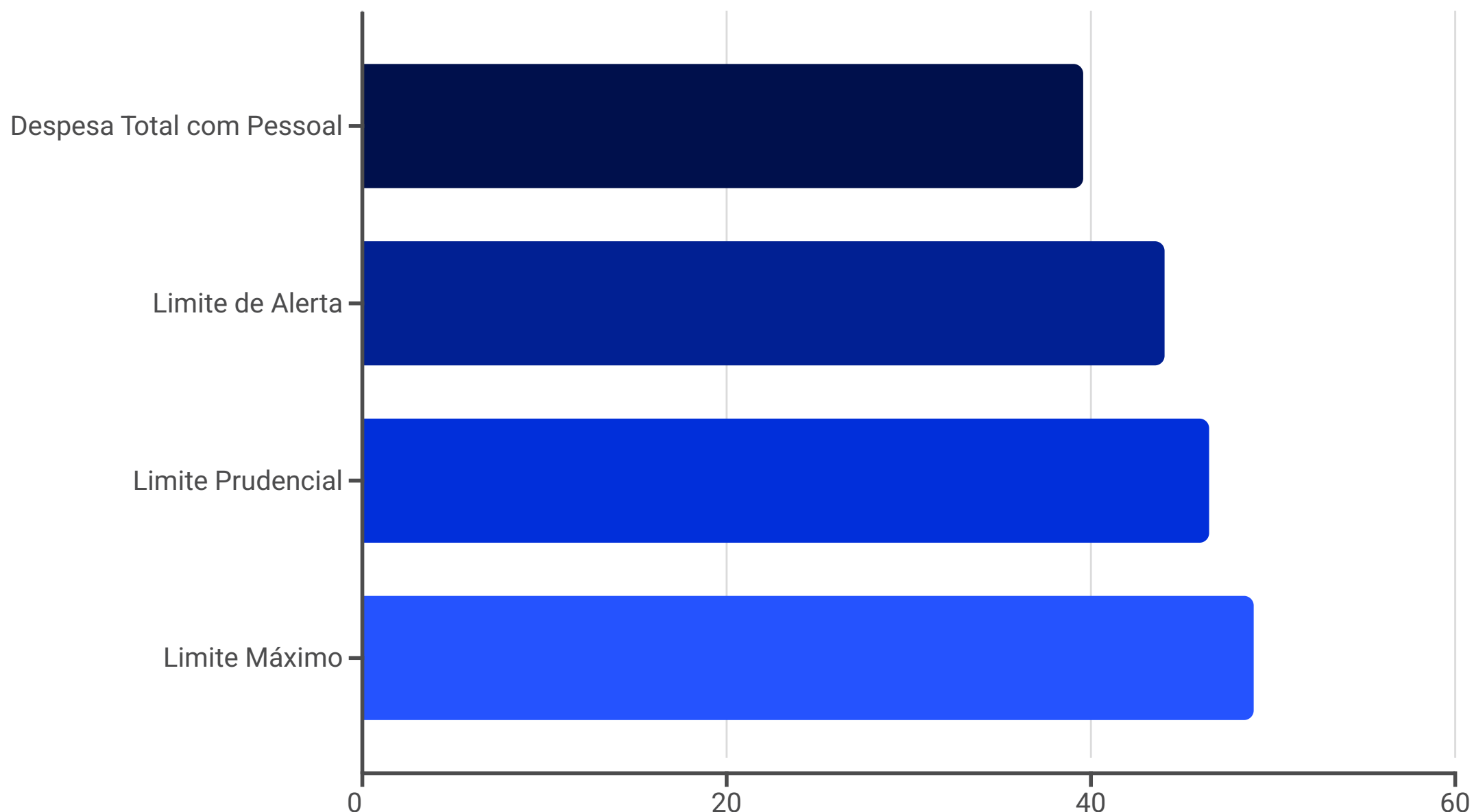
O Distrito Federal cumpriu os limites constitucionais de aplicação em educação, destinando 25,48% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, superando o mínimo exigido de 25%. Do total de recursos do FUNDEB, 84,11% foram aplicados na remuneração dos profissionais da educação básica, também acima do mínimo legal de 70%.

O valor total aplicado em educação alcançou R\$ 6,64 bilhões.

Relatório de Gestão Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um instrumento de transparência da gestão pública que demonstra o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Este relatório apresenta os principais indicadores fiscais do Distrito Federal para o exercício de 2024, incluindo receitas, despesas com pessoal, dívida consolidada, garantias e operações de crédito.

Despesa com Pessoal - Poder Executivo



A Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo do Distrito Federal atingiu R\$ 14,17 bilhões, representando 39,57% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Este valor está abaixo do Limite de Alerta (44,10%), do Limite Prudencial (46,55%) e do Limite Máximo (49,00%) estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O controle das despesas com pessoal é fundamental para a saúde fiscal do governo, pois representa um dos principais componentes dos gastos públicos. O Distrito Federal demonstra uma gestão adequada neste quesito, mantendo suas despesas com folha de pagamento dentro dos parâmetros legais.

Dívida Consolidada Líquida

Situação Atual

A Dívida Consolidada Líquida do Distrito Federal está em R\$ 4,71 bilhões, o que representa apenas 13,12% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

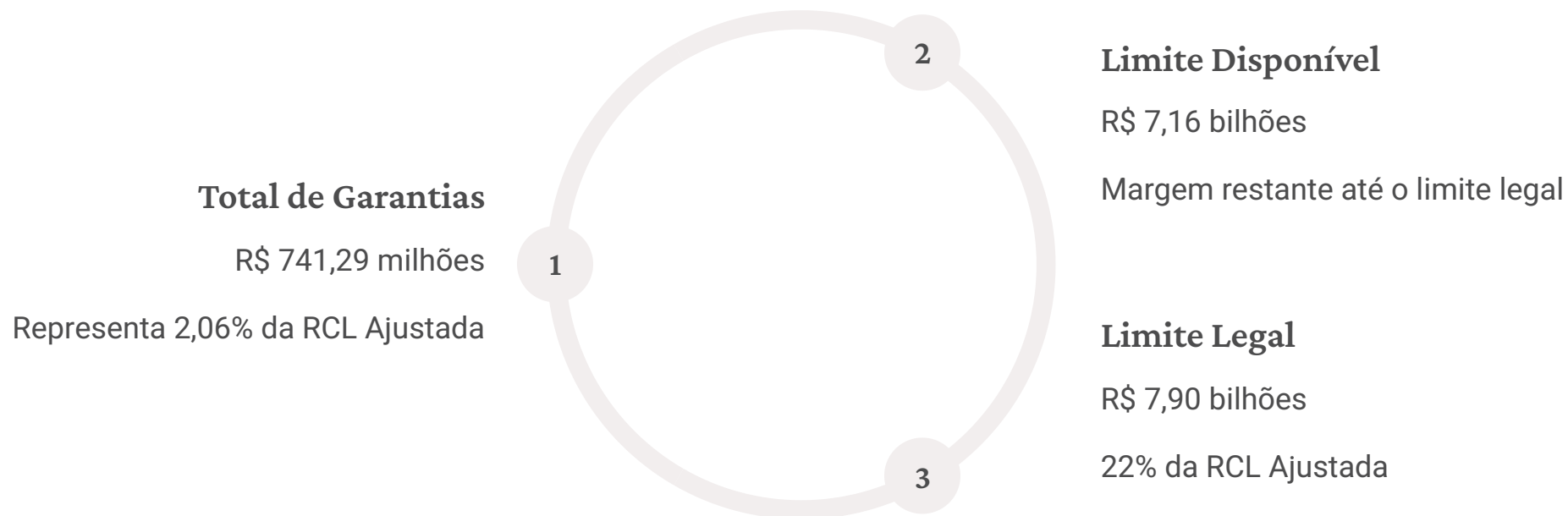
Este valor está significativamente abaixo do limite máximo de 200% estabelecido pela Resolução do Senado Federal, que permitiria uma dívida de até R\$ 71,89 bilhões.

Análise Comparativa

O percentual de endividamento do DF (13,12%) demonstra uma situação fiscal confortável em relação ao limite legal, indicando capacidade de endividamento para investimentos futuros, caso necessário.

A gestão conservadora da dívida contribui para a estabilidade fiscal do Distrito Federal e reduz os custos com o serviço da dívida no orçamento corrente.

Garantias de Valores



As garantias concedidas pelo Distrito Federal somam R\$ 741,29 milhões, o que corresponde a apenas 2,06% da Receita Corrente Líquida Ajustada. O limite máximo permitido pela Resolução do Senado Federal é de 22% da RCL Ajustada, o que equivale a R\$ 7,90 bilhões.

Esta situação demonstra que o DF possui uma ampla margem para concessão de novas garantias, caso seja necessário para viabilizar operações de crédito ou outros compromissos financeiros que exijam garantias governamentais.

Operações de Crédito

Operações Realizadas

O Distrito Federal realizou R\$ 139,47 milhões em operações de crédito internas e externas, representando apenas 0,39% da RCL Ajustada.

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita no período analisado.

Limites Legais

O limite para operações de crédito internas e externas é de 16% da RCL Ajustada, o que equivale a R\$ 5,75 bilhões.

Para operações por antecipação da receita, o limite é de 7% da RCL Ajustada, correspondendo a R\$ 2,51 bilhões.

Análise da Situação

O DF utiliza apenas 2,43% do seu limite legal para operações de crédito, demonstrando uma política conservadora de endividamento.

Esta margem significativa permite a contratação de novos financiamentos para investimentos estratégicos, caso necessário.

Gestão da Dívida Pública do Distrito Federal

O presente Relatório tem por objetivo apresentar e demonstrar a dívida pública fundada do Distrito Federal com base no exercício de 2024. Adotou-se os conceitos, definições, estoque e projeções contidos na Lei Complementar Federal nº 101 e Lei Complementar Federal nº 148/14, bem como os indicadores constantes nos instrumentos contratuais pactuados entre o Distrito Federal e os agentes financiadores.

O documento traz uma síntese geral do comportamento da dívida pública do DF, com objetivo de mensurar os indicadores de desempenho fiscais exigidos pela legislação vigente, envolvendo aspectos gerais, estoque da dívida pública consolidada, evolução e projeção dos pagamentos do serviço da dívida.

Aspectos Gerais da Dívida Pública

A Dívida Pública Consolidada do Distrito Federal é composta de dívida contratual e precatórios vencidos e não pagos posteriores a 05/05/2000. A dívida contratual é originária de empréstimos junto ao sistema financeiro nacional e internacional.

Dívida Interna

Empréstimos junto ao Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e dívida refinanciada com o governo federal (Lei nº 9.496/97).

Dívida Externa

Empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Precatórios

Valores dos Precatórios vencidos e não pagos posteriores a 05/05/2000, que representam 45,46% da Dívida Consolidada Bruta do DF em 2024.

Composição da Dívida Contratual

A dívida total do DF é composta de 31 contratos de empréstimos, excluídos os parcelamentos, distribuídos entre diversos credores nacionais e internacionais.

Dívida Interna

82,42% do total da dívida contratual

- 17 contratos junto à CAIXA
- 3 contratos junto ao BB
- 3 contratos junto ao BNDES
- 1 contrato de refinanciamento com o governo federal



Dívida Externa

17,58% do total da dívida contratual

- 5 contratos junto ao BID
- 1 contrato junto ao BIRD
- 1 contrato junto ao FONPLATA

Parcelamentos

R\$ 13,0 milhões em 2024

- Resultantes de negociações junto ao governo federal
- Referentes a tributos e contribuições previdenciárias

Dívida Pública Consolidada

A Gestão da Dívida Pública do Distrito Federal é administrada pela Unidade de Dívida Pública – UDIP, criada pelo Decreto n.º 43.236/2022, composta por duas Diretorias: Diretoria de Controle da Dívida Pública Consolidada – DIDIP e Diretoria de Controle dos Passivos Contingentes – DICOP.

Produção de documentos técnicos

Elaboração de relatórios gerenciais com projeções e cálculos de juros e amortizações da dívida pública fundada e do PASEP.

Prestação de informações

Envio de dados sobre a evolução da dívida pública fundada à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF, à Controladoria do DF e ao Tribunal de Contas do DF.



Acompanhamento sistemático

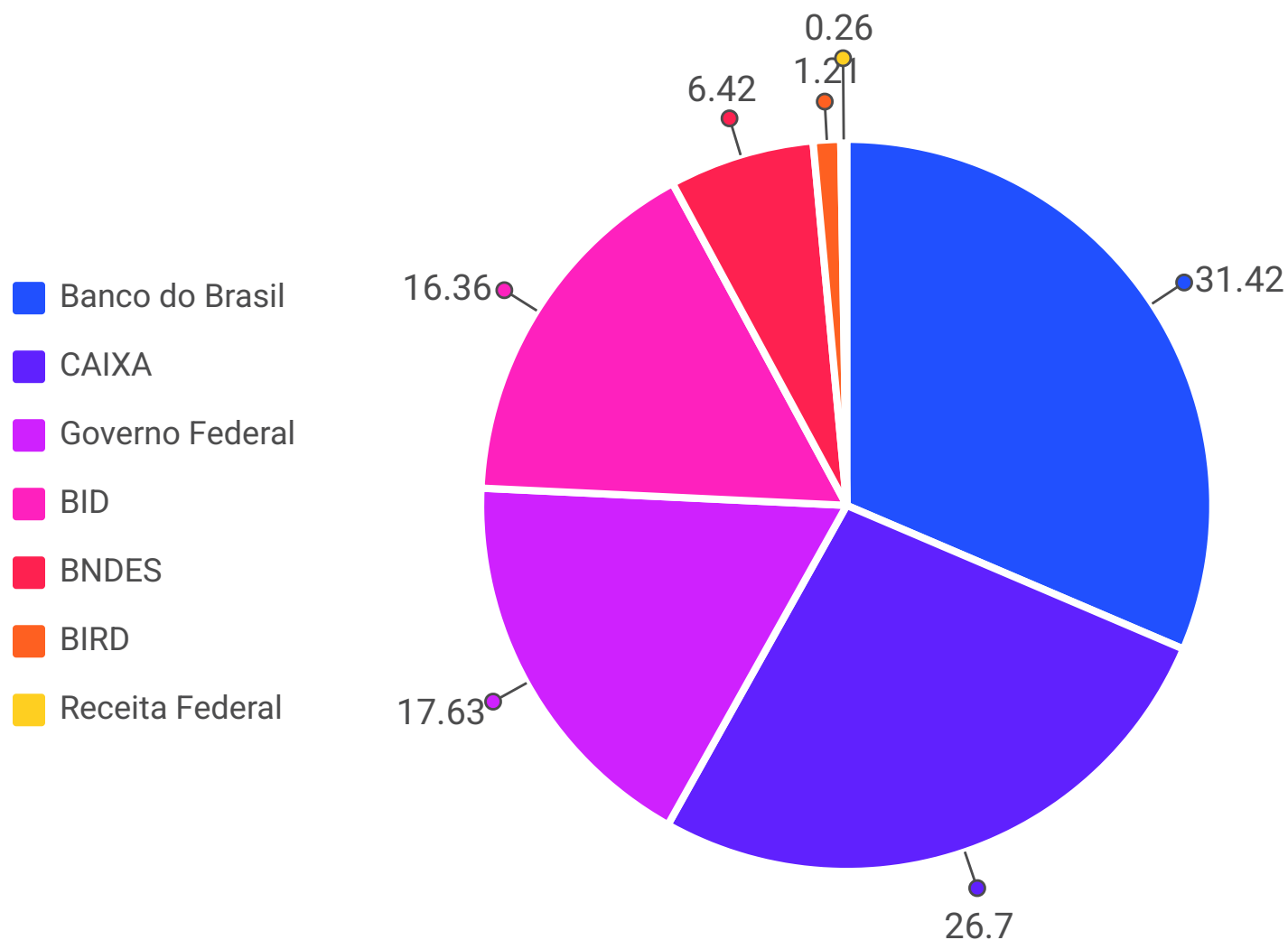
Monitoramento do Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC, para subsidiar a captação de novas operações de crédito e de convênios.

Elaboração de demonstrativos

Produção de quadros bimestrais e quadrimestrais sobre a dívida consolidada e indicadores de endividamento para o RREO e RGF.

Composição da Dívida por Credor

A dívida pública contratual do DF é distribuída entre diversos credores nacionais e internacionais, com predominância dos credores do sistema financeiro nacional.



O maior credor individual do DF é o Banco do Brasil, com cerca de R\$ 1,6 bilhão (31,42%), seguido pela CAIXA com R\$ 1,3 bilhão (26,70%), União com R\$ 882 milhões (17,63%), BID com R\$ 819 milhões (16,36%), BNDES com R\$ 321 milhões (6,42%), BIRD com R\$ 61 milhões (1,21%) e Receita Federal com R\$ 13 milhões (0,26%).

Composição da Dívida por Indexador

A dívida do Distrito Federal está vinculada a diferentes indexadores, o que impacta diretamente nos custos e na gestão dos riscos associados ao endividamento público.

31.83%

Dólar

Principal indexador da dívida do DF

24.90%

UPR

Segundo maior indexador

18.97%

CDI

Terceiro maior indexador

17.63%

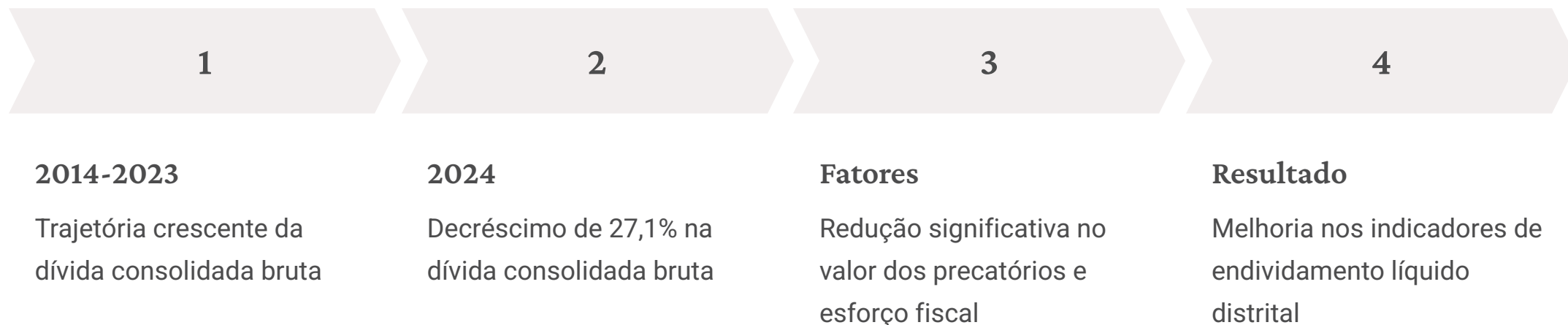
IPCA

Quarto maior indexador

Apesar de ser contratada com o Sistema Financeiro Nacional, parte da dívida interna é indexada ao dólar. Há contratos nessa modalidade de indexação com a CAIXA e Banco do Brasil, representando cerca de 14,25% da dívida contratual, além da dívida externa que é naturalmente indexada em moeda estrangeira.

Evolução da Dívida Consolidada

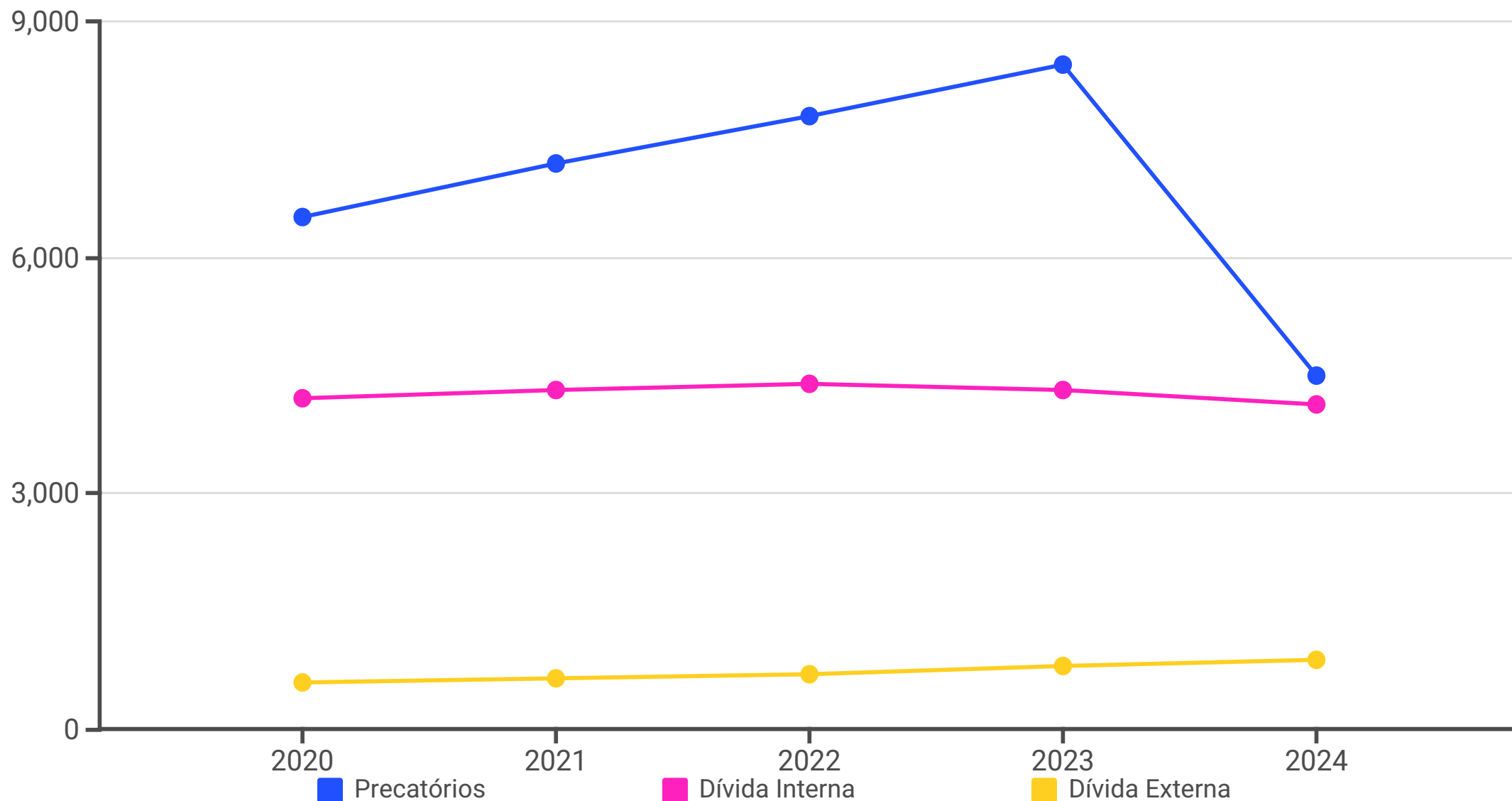
A Dívida Consolidada do Distrito Federal é calculada pelo somatório da dívida contratual, parcelamentos de dívida e precatórios emitidos e não pagos, posteriores a 05/05/2000. A Dívida Consolidada Líquida deduz da Dívida Consolidada as disponibilidades de caixa e os demais haveres financeiros.



Entre 2014 e 2023, houve uma trajetória crescente da dívida consolidada bruta. Contudo, em 2024, ocorreu um decréscimo de aproximadamente 27,1% devido principalmente à redução do valor dos precatórios, que caíram cerca de 46,9% de 2023 a 2024.

Evolução dos Componentes da Dívida

A análise da evolução dos diferentes componentes da dívida pública do DF revela tendências importantes para a gestão fiscal do governo.



Verifica-se uma trajetória decrescente dos precatórios pós LRF e da dívida contratual interna (inclusive parcelamentos), e um aumento da dívida contratual externa. O aumento da dívida externa se deu em virtude das variações cambiais nos contratos indexados ao dólar, que passou de R\$ 4,8413 em dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em dezembro de 2024.

Operações de Crédito e Limites de Endividamento

As operações de crédito realizadas pelo Distrito Federal impactam diretamente o valor da dívida pública total e estão sujeitas a limites estabelecidos pela legislação.



Ingressos de recursos

Em 2024, houve liberação de R\$ 139,48 milhões em operações de crédito, valor significativamente menor que os R\$ 640,29 milhões de 2023.



Novos contratos

Em dezembro de 2024, foram assinados dois novos contratos, porém sem liberação de recursos no exercício.



Encerramento de contrato

Houve o encerramento de 1 contrato junto ao Banco do Brasil (CT2000010), cujo valor contratado foi de R\$ 600 milhões.



Limite de endividamento

Em 2024, as operações de crédito atingiram apenas 0,39% da RCL, muito abaixo do limite máximo de 16% estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento são fundamentais para avaliar a saúde fiscal do Distrito Federal e sua capacidade de honrar compromissos financeiros.

Serviço da Dívida/RCL

De acordo com o Art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, o comprometimento anual com amortizações, juros e encargos da dívida consolidada não deve exceder o limite máximo de 11,5% da Receita Corrente Líquida.

Em todos os anos analisados, o DF manteve este indicador abaixo do limite máximo estabelecido, demonstrando capacidade de pagamento do serviço da dívida.

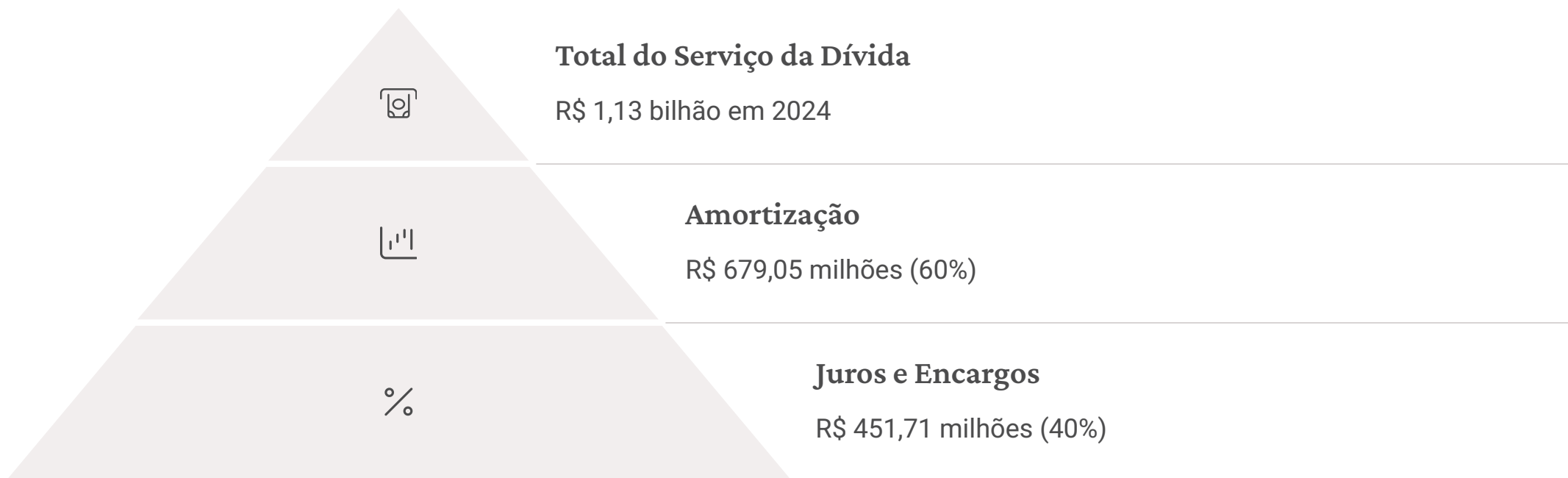
DCL/RCL

Conforme o Art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, a Dívida Consolidada Líquida não pode exceder o valor equivalente a 2 vezes a RCL.

Na apuração realizada em 2024, o DF apresentou um estoque de dívida consolidada líquida equivalente a 13,12% da RCL, muito abaixo do limite de 200% permitido pela legislação.

Despesas com Serviço da Dívida Pública

As despesas com serviço da Dívida Pública do Distrito Federal alcançaram, em 2024, o montante de R\$ 1,13 bilhão, divididos entre dívida interna e externa.



Desde 2014, os pagamentos do serviço da dívida se comportaram de forma crescente, com exceção do ano de 2020, no qual ocorreu a suspensão dos respectivos desembolsos em função da pandemia da COVID-19 e em conformidade com a Lei Complementar nº 173/2020.

Projeção do Serviço da Dívida Pública

As projeções dos indicadores da dívida do DF estão baseadas nos índices apresentados pelos cenários macroeconômicos divulgados pelas instituições oficiais, bem como nos indicadores pactuados nos contratos assinados.



Curto prazo (2025-2027)

Pagamentos projetados entre R\$ 1,16 bilhão e R\$ 1,06 bilhão



Médio prazo (2028-2032)

Tendência decrescente, de R\$ 1,01 bilhão para R\$ 557 milhões



Longo prazo (2033-2049)

Redução significativa, chegando a menos de R\$ 2 milhões em 2049

As projeções consideram todos os contratos assinados, em processos de liberações e também aqueles em fases de negociações para assinatura. A tendência de redução gradual do serviço da dívida ao longo do tempo indica uma perspectiva positiva para a gestão fiscal do DF nos próximos anos.

Contratos e Liberações

Em 2024, o Distrito Federal manteve 31 contratos ativos de empréstimos, com diferentes credores e finalidades, além de contratos em negociação para assinatura.

Projetos de Infraestrutura

Grande parte dos recursos de operações de crédito é destinada a obras de infraestrutura urbana, como drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e mobilidade urbana.

Mobilidade Urbana

Contratos significativos com o Banco do Brasil e CAIXA para investimentos em sistemas de transporte de passageiros, incluindo o metrô e corredores exclusivos.

Saneamento Básico

Financiamentos junto ao BID e CAIXA para implementação de sistemas de produção de água e saneamento básico, como o Sistema de Produção de Água do Rio Corumbá.

Em 2024, foram liberados R\$ 139,47 milhões em recursos de operações de crédito, valor significativamente menor que os R\$ 640,29 milhões liberados em 2023. Além disso, há dois contratos em processo de negociação para assinatura com o BNDES: um para obras de engenharia (R\$ 662,99 milhões) e outro para expansão do metrô (R\$ 400 milhões).

Contribuições e Regularidade Fiscal

O Distrito Federal mantém rigoroso controle sobre suas obrigações fiscais e tributárias, garantindo a regularidade necessária para a captação de recursos e transferências voluntárias.



PASEP

Em 2024, foram pagos R\$ 244,7 milhões em recolhimento e regularização do PASEP, continuando a tendência de crescimento observada desde 2017.



CAUC

Acompanhamento diário do Cadastro Informativo Fiscal para evitar a inclusão do GDF como inadimplente junto à União, garantindo o acesso a transferências voluntárias.



Declarações Fiscais

Transmissão mensal da DCTF com valores recolhidos da contribuição do PASEP e da DCTFWeb, mantendo a regularidade fiscal do DF junto à Receita Federal.

A manutenção da regularidade fiscal é fundamental para que o Distrito Federal possa continuar captando recursos por meio de operações de crédito e recebendo transferências voluntárias da União, essenciais para o financiamento de projetos de desenvolvimento e infraestrutura.